



Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e um minuto, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e na mesma estiveram presentes e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), ficando o Edital n.º 327/2023 e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Mateus Calado (PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 22/2023 - Reunião ordinária de 04 de outubro de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 23/2023 - Reunião ordinária de 25 de outubro de 2023**
 - 3. Projeto da Ata n.º 24/2023 - Reunião ordinária de 08 de novembro de 2023**
 - 4. Deliberação n.º 1114/2023 – Proposta n.º 67/2023 – GAP – Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, gasolina e gasóleo, em postos de abastecimento em Portugal Continental, para viaturas da frota dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para o ano de 2024 ao abrigo do Lote 1 do Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ-CR-2023, promovido pela entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (eSPap) - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

5. **Deliberação n.º 1115/2023 – Proposta n.º 68/2023 – GAP – Alteração aos autos de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023 (segunda alteração)**
6. **Deliberação n.º 1149/2023 – Proposta n.º 454/2023 – DAF – Acordo de aquisição de existência entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado – Retificação dos bens a adquirir e do respetivo montante global**
7. **Deliberação n.º 1150/2023 – Proposta n.º 455/2023 – DAF– Recuperação de custos incorridos pela Águas do Sado, S.A., referente ao exercício de 2022**
8. **Deliberação n.º 1116/2023 – Proposta n.º 456/2023 – DAF/DICONT – 8.ª Alteração permutativa ao orçamento da despesa, 8.ª ao plano de atividades municipal e 8.ª ao plano plurianual de investimentos**
9. **Deliberação n.º 1117/2023 – Proposta n.º 457/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua das Alcaçarias, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
10. **Deliberação n.º 1118/2023 – Proposta n.º 458/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
11. **Deliberação n.º 1151/2023 – Proposta n.º 459/2023 – DAF – Projeto de protocolo para a gestão e manutenção do sistema público de drenagem de águas pluviais do concelho de Setúbal**
12. **Deliberação n.º 1119/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 3/2023 GAJ-CM**
13. **Deliberação n.º 1120/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 02/2023/DRH/DM**
14. **Deliberação n.º 1121/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
15. **Deliberação n.º 1122/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DASU/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Nordmann Portugal S.A” ao Município de Setúbal**
16. **Deliberação n.º 1123/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DEB/DIGEPE – Alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**
17. **Deliberação n.º 1124/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DEB – Retificação da proposta n.º 05/2022/DES-DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamento de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho – 2021/2023**
18. **Deliberação n.º 1125/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DEB/SEB – Constituição da Rede de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana de Lisboa**
19. **Deliberação n.º 1126/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Escola Básica de Vendas de Azeitão e Escola Básica de Brejos de Clérigo**
20. **Deliberação n.º 1127/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DEB/DIGEPE – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho**
21. **Deliberação n.º 1128/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de caris cultural e artístico**
22. **Deliberação n.º 1129/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro no projeto de literacia digital para a AMBAC**

23. **Deliberação n.º 1130/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DCDJ/DIDES – Taxas a cobrar pelo Município pelo aluguer de espaços de exposição no âmbito da Feira Náutica de Setúbal 2024**
 24. **Deliberação n.º 1131/2023 – Proposta n.º 152/2023 – DCDJ/DICUL – Isenção de 50% total da taxa em instalações desportivas Municipais - Ritmus**
 25. **Deliberação n.º 1132/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio Financeiro**
 26. **Deliberação n.º 1133/2023 – Proposta n.º 310/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de Unidade Hospitalar (Ambulatório de Psiquiatria) - Processo n.º 127/23**
 27. **Deliberação n.º 1134/2023 – Proposta n.º 311/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 01/2012 - Processo n.º 1074/06**
 28. **Deliberação n.º 1135/2023 – Proposta n.º 312/2023 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável relativa à alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação - Processo n.º 43/22**
 29. **Deliberação n.º 1136/2023 – Proposta n.º 313/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de estacionamento proibido na Rua Hermínia Silva**
 30. **Deliberação n.º 1137/2023 – Proposta n.º 314/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização vertical de “paragem e estacionamento proibidos”, exceto tomada e largada de passageiros, na Rua da Escola de Brejos de Clérigo**
 31. **Deliberação n.º 1138/2023 – Proposta n.º 315/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 653/16**
 32. **Deliberação n.º 1139/2023 – Proposta n.º 316/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 654/16**
 33. **Deliberação n.º 1140/2023 – Proposta n.º 317/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 655/16**
 34. **Deliberação n.º 1141/2023 – Proposta n.º 318/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 656/16**
 35. **Deliberação n.º 1142/2023 – Proposta n.º 319/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 666/16**
 36. **Deliberação n.º 1143/2023 – Proposta n.º 320/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário C/ 24m2 - Processo n.º 669/16**
 37. **Deliberação n.º 1144/2023 – Proposta n.º 321/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 670/16**
 38. **Deliberação n.º 1145/2023 – Proposta n.º 322/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 71/17**
 39. **Deliberação n.º 1146/2023 – Proposta n.º 323/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 27/20**
 40. **Deliberação n.º 1147/2023 – Proposta n.º 324/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Venda de castanhas - Processo n.º 177/14**
 41. **Deliberação n.º 1148/2023 – Proposta n.º 325/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 e 9;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 e 11;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 12.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vice-Presidente – Disse que lhe cabia a ela presidir à reunião, tendo em conta que o Sr. Presidente se encontrava em gozo de férias.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a sua intervenção tinha a ver com a última proposta da ordem de trabalhos, a denominada “*implementação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes*”, que era um tema que tinha a ver, no fundo, com a execução do contrato de concessão de lugares de estacionamento na cidade. Já iam com mais de 2 anos de mandato, praticamente, e pensava que era necessário dar uma explicação aos setubalenses sobre aquilo que tinha sido a execução contratual desse contrato, vulgarmente conhecido por “*parquímetros*”.

Esse contrato, que tinha sido aprovado no anterior mandato, quando a CDU tinha maioria absoluta e tinha podido aprová-lo, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal de Setúbal, mas tinha que ser analisado naquilo que eram as obrigações para a concessionária - a empresa que explorava, no fundo, os parquímetros em Setúbal -, no sentido de saber se estava, ou não, a cumprir as obrigações a que estava obrigada contratualmente, nomeadamente a construção no subsolo de parques de estacionamento.

As contrapartidas estavam previstas para o Parque José Afonso e colocavam aquelas questões não porque concordassem com elas, não porque concordassem com aquilo que tinha sido o concurso e o contrato celebrado com essa empresa, porque tinham votado contra no mandato anterior, mas tinham, no papel fiscalizador da oposição, de questionar o porquê de verificarem que continuavam a multiplicar-se as máquinas, os parquímetros, pela cidade de Setúbal, com manchas cada vez maiores onde se aplicava o pagamento taxado aos setubalenses e não vislumbravam o porquê de, até àquele momento, essa concessionária não ter cumprido as obrigações a que estava obrigada pelo contrato.

Não era a primeira vez que colocavam aquela questão - já a tinham colocado não só ali como na Assembleia Municipal -, mas a verdade era que, atendendo àquilo que eram as obrigações, até, do primeiro ano de execução do contrato, verificavam que, de facto, não tinham sido cumpridas.

Iria dissipar um bocadinho a resposta, mas a verdade era que, independentemente de estar a ser renegociada, ou não, essa concessão ou os seus termos, era importante saber, de facto, o que é que a CDU ponderava fazer, porque da perspectiva deles parecia-lhes, sinceramente, que essa concessão tinha que ser bem analisada, no sentido de se saber se não deveria,

eventualmente, ser resgatada, ser revertida - uma expressão até muito cara a alguns partidos -, porque dava-lhe a ideia que aquilo não servia nem a autarquia nem os setubalenses, só serviria, eventualmente, a concessionária e nem a concessionária sabia se estava satisfeita com isso, porque iam percebendo que a mancha que deveria aplicar-se estava a ser retardada, eventualmente por virtude dessas negociações.

Portanto, era importante saber em que pé estavam, porque o compromisso a que os senhores da CDU obrigaram o Município com essa empresa seria para 40 anos e 40 anos era muito tempo. Se as coisas já começavam daquela forma, pensava que era mesmo tempo de repensar e, passados dois anos, que era metade do mandato, achava que a CDU deveria dar uma explicação aos setubalenses. Devia, no fundo, explicar porque é que as coisas estavam naquele estado e o que é que pensava fazer, porque achava que começava a entrar pelos olhos dentro de toda a gente que aquilo não estava bem. Alguma coisa não estava na execução contratual e na forma como tudo aquilo tinha acontecido até àquele momento e como estava, naquele momento, a ser aplicado o próprio contrato.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que já ali tinha feito várias intervenções sobre os inúmeros buracos existentes na cidade e já ali tinha obtido inúmeras respostas a justificar. Contudo, naquele dia, chamavam ali a atenção para a intervenção realizada na Rua João Eloy do Amaral, em frente ao Centro Comercial Fonte Nova. Todos conheciam a zona em questão, repleta de restauração, pequeno comércio, habitação, alojamento local, sendo um dos nossos ativos turísticos.

Os vereadores do Partido Socialista chamavam a atenção para o processo de manutenção/reparação dos buracos que lá tinha sido feito que, naquele caso concreto, tinha passado por aplicar alcatrão para remendar estragos na estrutura, originalmente de calçada. No ver deles, esse tipo de trabalho não dignificava a cidade, deixava uma má imagem que não era aceitável e apontava para uma “*gestão de desenrasque*”. Quando se olhava para o espaço intervencionado, parecia uma manta de retalhos. A imagem do local falava por si e, provavelmente, também falava aos olhos de quem nos visitava.

Sra. Vereadora Rute Perdigão - Disse que a questão que trazia naquele dia era uma questão já muito antiga, que nos últimos dias tinha sido alvo de notícias, e gostaria de colocar ali algum conhecimento na primeira pessoa, porque, como estudante que tinha sido da cidade de Setúbal, como cidadã que era e que vivia cá - sempre tinha vivido -, gostaria de falar sobre a Praça de Touros, porque acabava por ser um espaço, um monumento local com história, com tradição.

Na altura - estavam em 1999, já no século anterior -, e, enquanto estudante da ESSE de Setúbal, faziam mesmo semanas académicas no recinto. Era um recinto para todos os municípios e era um recinto muito amado por todos. Já naquela altura - portanto, em 2000/2001 -, não tinham conseguido, enquanto estudantes, usufruir daquele espaço nem tinham conseguido fazer a Semana Académica nem outros eventos estudantis.

Estavam em 2023 e, portanto, gostaria de dizer que essa inércia de cerca de 23 anos continuava a perdurar. O desgaste era notório, pelas fotos que tinham circulado, mas queria chamar a atenção que já em 2000/2001 - portanto, na altura, ainda, de Mata Cáceres -, lembrava-se perfeitamente que tinham reuniões, enquanto estudantes, com o Presidente da Câmara e já naquela altura não havia permissão para usarem o espaço, dadas as condições de segurança. Portanto, tinha chegado a haver esse problema.

Lembrava-se que, depois, tinha havido algo que se tinha feito, porque, pelo menos, na praça central ainda se conseguia circular. Anos mais tarde, lembrava-se perfeitamente de, enquanto porta-estandarte da Marcha do Bairro Santos Nicolau, ter entrado naquele recinto.

Como dizia, era um recinto amado por todos os municípios, fossem estudantes, fossem gente bairrista, como tinha sido naquele momento. Também tinha entrado e até tinham ganho o prémio. Tinha sido muito glorioso.

Entristecia-a ver, passado aquele tempo todo, passados 23 anos, porque nem se conseguia aceder lá dentro, a não ser com motivos justificados, porque tinham circulado essas fotos,

como é que estava um espaço que poderia ser utilizado para vários eventos, para várias dinâmicas locais dos próprios municípios, fosse de dia ou fosse à noite, fosse estudantil, fosse das associações culturais e recreativas. Portanto, gostaria de deixar o seu desagrado por, passado tanto tempo, ainda continuar a vir à tona aquela questão da Praça de Touros, quando já deveria ter sido resolvida.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que as fotos que circulavam, sobre a Praça de Touros, não tinham aparecido do nada. As fotos que circulavam tinham a ver com um trabalho de terreno que os vereadores do Partido Socialista tinham vindo a fazer e resultavam de uma visita que tinha sido feita pelos vereadores do Partido Socialista àquele espaço.

Os vereadores do Partido Socialista, percebendo que aquele espaço que tinha sido adquirido pela Câmara Municipal estava ao abandono, percebendo que existia ou que tinha existido um ajuste direto para a execução de um projeto que ninguém conhecia, passados todos aqueles anos - estavam a falar de um ajuste direto de 2020 -, tinham decidido fazer uma visita àquele espaço e aquilo que lá tinham encontrado tinha sido um espaço que estava votado ao abandono e em risco de derrocada. Tinham feito essa visita à Praça de Touros, tinham feito uma visita ao Imapark e, certamente, iriam fazer visitas a outras infraestruturas do Município.

Portanto, sobre a questão da Praça de Touros já tinham tomado posição e aquilo que gostariam de saber, da parte da Sra. Vice-Presidente, era onde é que estavam os projetos, porque já tinham solicitado os projetos por duas vezes. Na última reunião da Câmara em que o tinham solicitado o Sr. Presidente tinha dito: *“Esteja descansado que, até ao final desta semana, vai receber essa informação”*. Já estavam noutra semana e continuavam à espera dessa informação. Portanto, estavam à espera que, naquela reunião da Câmara, lhes fosse entregue essa informação que tinham requerido.

Tinham existido dois ajustes diretos para a execução de projetos, um para o Imapark e outro para a Praça de Touros. Esse ajuste direto tinha um prazo determinado para a execução desses projetos e esse prazo já lá ia. A Câmara Municipal de Setúbal tinha feito o pagamento desses ajustes diretos e, portanto, enquanto vereadores eleitos naquela Câmara Municipal, exigiam ter acesso a esses projetos. Portanto, esperavam que, até ao final daquela reunião, isso se pudesse concretizar.

Sobre a questão do estacionamento tarifado, em que tinham pedido, na anterior reunião da Câmara, informação. O Sr. Presidente tinha dito que iria dar essa informação e continuavam a aguardar, nomeadamente informação sobre o contrato de concessão. Existia uma negociação e queriam saber qual era o ponto dessa negociação, porque aquilo a que estavam a assistir era a um aumento de lugares tarifados e não tinham conhecimento sobre o cumprimento do Anexo 9, da contrapartida, não tinham conhecimento sobre a questão da construção do estacionamento subterrâneo. A única coisa que verificavam era um aumento do estacionamento tarifado na cidade. Portanto, aquilo que pretendemos saber é qual é que é o ponto de situação das negociações.

Terminava com uma pergunta: Havia uns bons meses, tinham aprovado na Câmara Municipal um apoio às marchas, a todas as coletividades que tinham participado nas Marchas Populares. Tinham aprovado, também, um apoio de 500 euros para o transporte. A pergunta que fazia era muito simples: Esse pagamento dos 500 euros, como apoio ao transporte, já tinha sido pago às coletividades?

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, relativamente à questão do estacionamento e ao acompanhamento do contrato, como se sabia, esses eram processos muito exigentes, muito difíceis, que começavam, como todos os processos, por uma negociação presencial com o concessionário, no caso. A autarquia acompanhava do ponto de vista técnico, nas suas diversas valências, o cumprimento do contrato.

Havia, de facto, questões que estavam em incumprimento e por clarificar e resolver, nomeadamente a construção das contrapartidas previstas no Anexo 9, e os estudos e projetos do parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi, questões que tinham vindo a ser abordadas nas reuniões técnicas, nas reuniões com a administração da empresa.

Considerando, a questão que se mantinha, não havia, de facto, um cumprimento dessas obrigações legais. Obviamente que estava a ser tudo somado num “bolo”, no âmbito daquilo a que tinham chamado “*reponderação do contrato*”. O que estavam a avaliar, naquele momento, era, do ponto de vista jurídico, aquilo que era a atuação que cabia ao Município por um incumprimento reiterado na entrega ao não fazer cumprir aquilo que eram as exigências do contrato.

Portanto, a curto prazo teriam uma informação sobre aquilo que eram as condições jurídicas, para atuar perante este incumprimento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só para dar nota da questão levantada pela Sra. Vereadora Patrícia Paz, que tinha que ver com o acesso ao Largo da Fonte Nova. Essa situação estava a ser tratada e já se tinha tomado uma decisão, iria ser pavimentada, na medida em que tinham muitos troços, pequenos e grandes troços, calcetados. Não havia calceteiros, se a senhora Vereadora conhecesse calceteiros que lhe dissesse, que os contrataria de mediato. Não havia em Setúbal e noutros sítios também não havia.

Portanto, iriam ter de reverter as soluções de calcetamento em algumas situações. Iriam ter de manter algumas situações de calcetamento, manter a calçada. Noutros casos, iriam mesmo ter de reverter. Esse era um dos casos que não fazia sentido nenhum, ter aquele troço de calçada entre alcatrão, e iriam mesmo ter de pavimentar aquela zona, em definitivo.

A solução de pôr massas a frio para tapar buracos sempre era melhor do que ter os buracos e as pessoas caírem nos buracos ou as jantes dos carros baterem, etc., até haver uma intervenção. Nesse sítio estava decidido, iria ser pavimentado. A senhora Vereadora que estivesse descansada, esse problema estava encaminhado e iria ser resolvido.

Tinham outras situações na cidade. Podia fazer um cardápio muito grande e entregar-lhe, para perceber os buracos que por aí havia. Alguns, em calçada, estavam a ser tratados assim, concretamente na Avenida Luísa Todi. Estavam a evitar fazer isso, mas, até haver a grande intervenção que iria haver na Avenida Luísa Todi, iriam ter de resolver o problema, visto que a situação da calçada estava a agravar-se na cidade toda de Setúbal e nas cidades todas do país. Tinha falado com colegas seus e o problema era o mesmo em todo o lado.

Portanto, de qualquer maneira, a resposta concreta à questão colocada era que estava decidido pavimentar aquele pequeno troço de acesso à Fonte Nova, para evitar aquele mau aspeto que aquela situação tinha.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinham tomado boa nota da intervenção da Vereadora Rita Carvalho, sobre a reponderação do contrato de concessão do estacionamento, mas, de facto, a Câmara tinha de andar mais depressa. Naquele caso, o Município tinha de andar mais depressa sobre aquilo que tinha que se fazer relativamente a esse ponto.

De assinalar que, por exemplo, a proposta que iria ser apreciada naquele dia, de zona de estacionamento para residentes, era algo que o PSD tinha vindo a exigir já havia muito tempo e, finalmente, começavam a ser fixadas as zonas.

De todo o modo, pensava que não devia ser necessária uma grande análise em termos de tempo, para chegar, mais ou menos, à conclusão daquilo que tinha sido a sua intervenção inicial, sobre a ponderação, ou não, de resgatar a concessão dos parquímetros em Setúbal e achava que a CDU devia ponderar seriamente isso, porque, daquilo que iam vendo, parecia-lhes, de facto, que, se calhar, seria o mais avisado.

De qualquer forma, ficavam a aguardar e esperavam que não demorasse muito tempo para que chegassem os elementos solicitados. Acrescentaria, também, que, pelo menos por parte do PSD, gostariam de saber, também, quais tinham sido os valores percebidos pela empresa nos anos de 2022 e 2023, relativamente aos parquímetros em Setúbal. Queria acrescentar esse ponto aos elementos já solicitados pela bancada do PS e pelo PSD.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente, queria deixar duas notas. A primeira era que já na anterior reunião da Câmara se tinha abordado o tema relativamente a

alguns espaços adquiridos pela Câmara Municipal e as circunstâncias que tinham resultado, como já tinha sido dito pelo Vereador Fernando José, de visitas realizadas pelo Partido Socialista aos mesmos.

Voltava a frisar, tal como na anterior reunião, que valia a pena que com a mesma acutilância que o Partido Socialista e, naquele dia, o Partido Social Democrata, naturalmente, compreendendo contexto e o tempo em que viviam, falavam das circunstâncias com que se tinham confrontado desses mesmos equipamentos, de terem a mesma acutilância e a mesma valorização de tantos outros, tão ou mais relevantes, que tinham sido causa e motivo de recuperação da parte do Município e sabiam bem a importância que a relevância tinha do ponto de vista do seu papel histórico, simbólico e identitário.

Sem prejuízo daquilo que era a legitimidade que assistia a cada uma das bancadas, na procura de querer conhecer e saber a informação solicitada, também não era menos verdade que a intenção com que a Câmara Municipal tinha adquirido, nomeadamente no que dizia respeito à Praça de Touros, não deixava de evidenciar uma preocupação com o edificado, sem prejuízo das circunstâncias em que ele se encontrava e, portanto, essa era uma preocupação que se mantinha.

O facto de, efetivamente, não ter sido ainda possível concretizar aquilo que também seria desejo de todos, que aquele espaço que tivesse uma outra condição que não era aquela que tinha, resultava das circunstâncias e das condições que não tinham sido ainda possíveis de concretizar, mas não deixava de ser verdade se, com aquela acutilância e com aquela preocupação, se tratava, apenas, de uma mera preocupação de fazer política por via dessa mesma circunstância ou se era uma preocupação maior do que essa mesma circunstância.

Portanto, achava que, sobre matéria de requalificação e de recuperação de espaços do território de Setúbal, a autarquia e aquele executivo não tinham, efetivamente, que merecer lições de moral de ninguém, com todo o respeito e com toda a preocupação e legitimidade que assistia a qualquer uma das bancadas. Voltava a frisar, para que não se esquecessem: Convento de Jesus estava em risco de queda, Quartel do 11 estava abandonado - o Quartel do 11 estava nas circunstâncias em que estava, independentemente daquilo que se dissesse -, Banco de Portugal, etc., como já tinha frisado, Casa da Cultura, Casa do Corpo Santo. Portanto, podiam continuar todos a querer lembrar-se de querer fazer política uma vez de 15 em 15 dias naquele espaço, mas era bom até, como exemplo para os concidadãos, que falassem argumentativamente daquilo que eram os factos e as evidências.

Era legítimo que, de facto, se assumissem preocupações, mas também era bom que o Partido Socialista, em vez de estar preocupado em querer pôr publicações nas redes sociais, porque apenas tinha sido essa a preocupação. Aliás, tinham tido uma exibição extraordinária e uma descrição e adjetivação da visita realizada pelo Partido Socialista naquela reunião da Câmara e de perceber se, efetivamente, era assim que se construía soluções e era assim que se resolviam os problemas da cidade, porque gostaria de ver essa acutilância do Partido Socialista para resolver problemas estruturais do país e garantia que não era tão fácil como os buracos que tinham sido tapados na Fonte Nova, porque eram problemas estruturais com os quais se continuavam a debater.

Portanto, queria, em primeiro lugar, saudar que era bom que se fizesse política e era bom que cada uma das bancadas trouxesse os problemas que entendesse trazer, mas também era bom e seria bom que em Setúbal fossem capazes de tratar os problemas de acordo com os argumentos, com as razões e com os motivos e que soubessem falar, efetivamente, do todo.

Seria justo que se tivesse o mesmo entendimento quando a autarquia, sistematicamente, tinha uma preocupação que ultrapassava as suas responsabilidades e já tinha dado dois casos concretos que pensava que todos reconheciam que, se não tivesse sido a intervenção da Câmara Municipal. Pensava que eram muitíssimo relevantes, não fora a intervenção da Câmara Municipal, independentemente dos instrumentos financeiros que tinham sido possíveis para a sua concretização. Se não tivesse sido a intervenção da Câmara Municipal e naquele momento estariam perante ruínas, que, efetivamente, beliscariam, indelevelmente, a identidade, o património e a condição histórica da cidade.

O Sr. Vereador Fernando José tinha colocado uma questão, de facto tinha tomado boa nota e iria saber junto dos serviços. Essa situação era uma situação que já deveria estar resolvida, relativamente ao pagamento desse valor. Portanto, tinha tomado boa nota e iria tentar saber junto dos serviços, para poder ser resolvido o mais rapidamente possível, tomando conhecimento, efetivamente, daquilo que se passava.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que agradecia as palavras do Sr. Vereador Pedro Pina no que dizia respeito à questão do não pagamento relativamente ao subsídio de transporte a essas associações e esperava que a situação fosse resolvida o mais breve possível.

Os vereadores do Partido Socialista não recebiam lições dos autarcas do Partido Comunista Português sobre como fazer política. Não recebiam lições de ninguém muito menos do Partido Comunista. Não faziam política de 15 em 15 dias, tinham uma ação no terreno todos os dias. Os senhores da CDU tinham um pelouro, tinham o tempo inteiro e, portanto, estavam ali adstritos nessa função até 2025, depois seriam votados à oposição, a partir de 2025. Naquele momento estavam nas suas funções a tempo inteiro, eram pagos para isso, faziam esse trabalho. Os Vereadores do Partido Socialista estavam na oposição e também faziam esse trabalho, faziam o trabalho da oposição e fazer um trabalho de oposição de forma responsável era ir aos locais e verificar no terreno aquilo que se estava a passar.

Assim o tinham feito relativamente à questão das escolas, que tinham problemas estruturais, com os quais tinham vindo, também, a ter preocupação e o Governo tinha enfrentado esses problemas. As escolas estavam identificadas como de intervenção urgente e muito urgente. Estavam, naquele momento, a caminhar para o financiamento dessas mesmas obras e, portanto, estavam atentos. Estavam atentos aos problemas no hospital, estavam atentos a todos os problemas que afetavam os setubalenses e faziam política todos os dias.

Aquilo que estava ali em causa tinha a ver, precisamente, com a Praça de Touros e, portanto, não iriam estar ali a desviar a atenção, porque os senhores da CDU eram hábeis nesse tipo de atitude, que era, quando estavam ali a tratar de um problema para o qual não tinham resposta, iam buscar tudo. Aliás, até se admirava de naquele dia não terem ido buscar Mata Cáceres.

Relativamente ao PSD era algo que teriam de resolver com o PSD. Aliás, tinham ficado a saber que tinham resolvido muito bem os assuntos com o PSD. Um ilustre quadro do Partido Comunista Português tinha vindo naquele dia explicar como é que as coisas funcionavam na Câmara de Setúbal, entre o Partido Comunista e o PSD. Isso estava bem explicado, como é que os dois partidos se relacionavam na Câmara de Setúbal. Portanto, sobre isso, sobre essa relação e essa atitude, os dois partidos, PSD e CDU ou PCP, que se entendessem.

Aquilo que estava ali em causa era, precisamente, o estado de degradação da Praça de Touros e o facto de não haver resposta. Esse espaço tinha sido adquirido e estava completamente abandonado. Sobre aquele espaço tinha havido um ajuste direto que tinha sido pago. Tinha sido pagos 19 mil euros por um projeto que não conheciam e já, por várias vezes, tinham exigido conhecer e iriam continuar a insistir. Era disso que estavam a falar e, sobre isso, nem uma palavra, tinham desviado o assunto para outros assuntos.

Portanto, a questão que estava em causa era, precisamente, o estado de degradação da Praça de Touros, como era o estado de degradação e de abandono do Imapark, para o qual também existiria um projeto - sobre o qual também se tinham pago, por ajuste direto, 54 mil euros -, mas era um espaço que continuava ao abandono e, naquele orçamento, o orçamento para 2024, não tinham um cêntimo de resposta, nem à Praça de Touros nem ao Imapark.

A sua intervenção não era sobre essa matéria, mas tinha tido de responder ao Sr. Vereador Pedro Pina.

Sobre a questão do estacionamento e do contrato de concessão, ficavam preocupados. Ficavam cada vez mais preocupados, porque, no início do mandato, o Presidente da Câmara tinha começado por dizer que existiam conversações com a empresa. Depois, das conversações, tinham passado a negociações e, naquele momento, já estavam numa reponderação do contrato, ou seja, iam encontrando sempre terminologias diferentes para dizer aquilo que estava a acontecer.

Não estava desatento, achava que quem tinha andado um pouco desatenta tinha sido a Sra. Vereadora Rita Carvalho, que tinha essa responsabilidade, e o Sr. Presidente da Câmara. Tinham andado muito desatentos, porque os Vereadores do Partido Socialista tinham chamado a atenção quando todo esse processo tinha tido início, que era um processo que estava errado. O processo não deveria ter sido concretizado da forma como tinha sido e os Vereadores do Partido Socialista tinham votado contra e tinham explicado porque é que estavam contra a concessão por 40 anos e a forma como estava a ser feita e os senhores da CDU não tinham tido dúvidas nenhuma. A senhora Vereadora, ali, não tinha tido dúvidas nenhuma. A Sra. Vereadora Rita Carvalho, na altura, não tinha tido dúvidas nenhuma, tinha votado a favor. Não tinha tido qualquer tipo de problemas.

O Presidente de Câmara tinha sido vereador do Urbanismo e tinha sido o responsável por desenhar todo esse contrato e a senhora Vereadora, que estava como Diretora no Urbanismo, sabia disso. O contrato tinha sido lançado e ele, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não tinha levantado uma única questão, tinha votado, também, favoravelmente. Os senhores que eram vereadores, na altura, não tinham levantado qualquer questão.

Na anterior reunião da Câmara tinham ficado a saber que o Sr. Presidente tinha dúvidas sobre o contrato. Mas, que dúvidas eram essas? Tinham dúvidas sobre aquilo que tinham feito? Os senhores da CDU tinham dúvidas sobre aquilo que tinham feito. Tinham dúvidas, naquele momento, sobre a localização. Tinham dúvidas na localização daquilo que tinham lançado, do estacionamento subterrâneo. Tinham dúvidas naquele momento, mas tinham sido os senhores da CDU que tinham lançado o concurso e, naquele momento, tinham dúvidas. Tinham dúvidas daquilo que tinham lançado? Tinham dúvidas do contrato que tinham assinado e, naquele momento, estavam a pensar na reponderação? Tinham dúvidas, naquele momento, sobre as contrapartidas que tinham negociado com a empresa? Tinham dúvidas? Ficavam preocupados e esperavam que, na próxima reunião da Câmara, já com o Sr. Presidente ali, fosse possível obter, efetivamente, uma resposta sobre que dúvidas eram essas, porque isso tinha de ser esclarecido. É que, enquanto os senhores da CDU tinham dúvidas - e, se calhar, andavam mesmo distraídos - o estacionamento tarifado ia aumentando na cidade.

A senhora Vereadora tinha vindo dizer que havia uma ponderação do contrato: Negociações, discussão, conversações e, naquele momento, reponderação do contrato. Portanto, tinham que, efetivamente, perceber o que é que estava a acontecer. Se não, aquilo que os Vereadores do Partido Socialista teriam de fazer seria pedir uma reunião à empresa, para saber, realmente, o que é que estava a acontecer, porque, se não conseguiam obter informação através da Câmara Municipal, através do executivo, que um dia dizia uma coisa e no outro dia dizia outra, teriam, evidentemente, de pedir uma reunião à empresa, para perceber, efetivamente, o que é que estava a acontecer.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que havia quem raramente se enganasse e nunca tivesse dúvidas, mas, felizmente, havia quem tivesse dúvidas sobre aquilo que fazia. Pelo menos, havia quem não se associasse a essa figura que raramente se enganava e nunca tinha dúvidas. Pelos vistos, o Vereador Fernando José associava-se, o que não o surpreendia.

Sobre visitas, tinha uma sugestão de algumas visitas de várias entidades, mas de uma de uma entidade que esteve sob responsabilidade de governos do PSD e sobre entidades que tinham estado, nos últimos anos, sob responsabilidade do Governo PS, na cidade de Setúbal. Convidava-o a fazer a visita do Convento São Francisco, do Forte Velho do Outão, do Forte de São Filipe, do Palácio Fryxell, da Escola Secundária de Bocage, das escolas sob a responsabilidade da Parque Escolar e muitas outras, que havia anos e anos se degradavam, alguns elementos simbólicos e do património cultural da cidade. Estava-se a esquecer daquela parte que não era do Convento de São Francisco, mas da Segurança Social, que era da Casa Pia, na encosta do caminho para o Castelo, como diziam em Setúbal.

Era a sua sugestão de visita de alguns espaços, para não falar de outros, de lotes e de outras coisas que existiam pela cidade de Setúbal. Edifícios que eram posse da Estamo, edifícios que eram posse do Estado, como os prédios da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por exemplo. Todos esses edifícios, que não tinham sido adquiridos há 2 nem há 3 nem há 4 anos, que estavam na posse do Estado havia décadas, e que, infelizmente, apresentavam um estado cada vez maior de degradação e eram convite a insegurança das populações e das comunidades que viviam ao seu redor e que, nalguns casos, era património histórico, património nacional que estava em risco, com a sua degradação e com o não investimento do Estado.

Era só para recordar, na continuidade daquilo que tinha sido a intervenção do Sr. Vereador Pedro Pina, sobre a intervenção e o investimento que tinha vindo a ser feito no Convento de Jesus, que, segundo pensava, também era património nacional. Tinha havido quem tivesse dúvidas sobre esse processo de recuperação e de restauro e desse investimento municipal. Era só para isso, para não alongar a conversa, mas era bom terem memória e conhecimento do concelho onde viviam.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era, apenas, para deixar ali uma declaração da sua parte. Era autarca em Setúbal havia quase 25 anos, na Assembleia Municipal e também na Câmara, e tinha-se sempre pautado pelo respeito pelos adversários, que acabavam por ser colegas naquelas reuniões, e não iria, obviamente, mudar de tom por causa de provocações menores.

Queria deixar, apenas, e relembrar o Partido Socialista que, nesses 25 anos, já tinha visto muitas coisas e muitos entendimentos, alguns deles bem nocivos para a cidade de Setúbal, e não tinha sido o PSD que tinha participado neles. E, nesse âmbito, queria dizer que o Partido Socialista não podia ter o entendimento - percebia que isso se tinha tornado escola nos últimos 8 anos e o Dr. Fernando José, que era deputado à Assembleia da República e que tinha outro tipo de postura havia pouco tempo antes - daquilo que ia conhecendo dele e tinha boa opinião dele na mesma, não era por causa daquela declaração que estava a fazer – tinha ganho esse vício de *“quem não se entende com o PS não pode ser”*, portanto, só podia haver entendimentos com o PS.

Tinham apresentado ali, na penúltima reunião da Câmara, um conjunto de medidas muito favoráveis para os setubalenses, em termos de desagramento fiscal, e parte desse *“pacote”*, se é que lhe podiam chamar assim – dessas medidas, porque não gostava da expressão *“pacote”* -, tinha sido, até, com o entendimento com o Partido Socialista. Portanto, não percebia aquela contínua tentativa de fazer oposição à oposição. Isso servia a quem?

Essa pergunta deixava-a ali pela primeira vez. Até já tinha pensado em escrever um artigo com esse título (*“A oposição à oposição serve a quem?”*), porque tinham militantes do Partido Socialista que já lhe tinham vindo perguntar isso. A quem é que isso servia? A quem é que servia o Partido Socialista estar a atacar, sistematicamente, o PSD em Setúbal, quando a força política que, nesses últimos 20 e tal anos, tinha estado à frente do executivo era a CDU? A quem servia a oposição à oposição. Era essa a pergunta que deixava ali, que era retórica, obviamente, tinha uma resposta que não era óbvia, mas que os trabalhadores, os autarcas, as pessoas que estavam em casa a vê-los, que o conhecem a ele, nomeadamente, sabiam que diziam aquilo mais ou menos que pensavam, no essencial. Às vezes, não diziam ali as coisas como podiam dizer no café, mas diziam-nas, mais ou menos, de acordo com aquilo que era o entendimento deles. Portanto, não recebiam lições dessas.

Até tinham tido um entendimento cordial com as forças políticas ali. Eram a terceira força política. Respeitavam isso, respeitavam o voto que os cidadãos lhes tinham dado e que tinham dado às outras forças políticas e, nesse sentido, não embarcavam em políticas de terra queimada. Portanto, nesse sentido, não podiam contar com eles. Podiam contar com eles para soluções construtivas.

Tinha sido exatamente nesse sentido que tinham colocado a questão relativamente aos parquímetros, porque era uma questão que os preocupava e que não era uma questão de propaganda política. Era uma questão que preocupava as pessoas, efetivamente, e que

queriam – eles, PSD - ver solucionada. Tinha sido esse o sentido. Portanto, não iria desviar a sua atenção com questões da *“mão amiga e não sei quê”* e do *“estão todos feitos”*, porque isso só servia os populismos e também havia populistas, como se via, nos partidos do arco da governação em Portugal, o que levava, depois, ao populismo de outras forças políticas. Portanto, não embarcavam nisso. Queriam era respostas às perguntas que serviam para, no fundo, ajudar a que os setubalenses pudessem viver melhor. Era essa a declaração que queria ali deixar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, respondendo às questões do Vereador Fernando José e do Vereador Paulo Calado, que eram preocupações legítimas, havia que referenciar que não eram preocupações do PS e do PSD. Eram preocupações deles, da Câmara, da gestão e, de facto, do cumprimento do contrato.

O Sr. Vereador Fernando José estava desatento e baralhava todas as discussões, no sentido de tirar dividendos daquilo que eram as questões. Por um lado, dizia que o PS tinha identificado questões na aprovação do contrato. Tinha dito, inclusivamente, que ela tinha aprovado o contrato. Enfim, valia o que valia, não era esse o cerne da questão.

O PS tinha identificado questões no momento da aprovação do contrato. O que estava ali em causa - e era isso que era baralhado nos argumentos do Vereador Fernando José – era o cumprimento do contrato e não os conteúdos do contrato. O que estava em causa era o cumprimento do contrato.

Estava desatento quando dizia que o Sr. Presidente, na anterior reunião da Câmara tinha dito que tinha dúvidas quanto ao contrato. O Sr. Presidente tinha dito que tinha dúvidas quanto ao cumprimento do contrato e que merecia ser avaliado. Estava desatento quando dizia que nunca tinham falado em reponderação, quando, na maioria das razões, falavam em reponderação, que passa por negociações, conversações e entendimentos com o concessionário.

Ficavam preocupados. Obviamente que era uma questão que preocupava todos quando havia um contrato que não era cumprido na sua plenitude e, por isso, estavam a avaliar, juridicamente, as medidas que deviam e podiam ser tomadas, do ponto de vista jurídico, salvaguardando todas as entidades envolvidas, a Câmara e, sobretudo, os utilizadores e aquilo que era o cumprimento do contrato.

Sobre a questão de que todos gostariam que aquele processo andasse mais depressa, era uma evidência que todos gostariam que aquele processo andasse mais depressa. Todos gostariam de uma eficácia e de uma celeridade naquilo que eram as atuações de todas as partes envolvidas e esse o esforço que faziam todos os dias.

Queria só fazer, ainda, uma referência. Enfim, fariam a apreciação da proposta mais à frente, mas essa proposta, relativamente às bolsas exclusivas de estacionamento para residentes, era a segunda proposta que vinha à Câmara, porquanto tinha sido aprovada uma em maio de 2022. Obviamente que ela só podia acontecer porque tinha sido prevista no caderno de encargos. Portanto, de alguma forma, salvaguardava locais específicos para estacionamento de residentes, quando estão em causa pracetas ou bolsas com alguma capacidade de estacionamento. Era por isso que traziam essa proposta.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que estava a gostar muito daquela reunião porque, primeiro aquele era um espaço de democracia, estavam ali representantes de três dos partidos da democracia.

Andava um bocadinho preocupado com a democracia, não só no contexto português, como no contexto europeu, para não falar da América do Sul. Fazia parte da preocupação dos partidos, daqueles que estavam na oposição, levantarem questões, trazerem para ali aquilo que eram as suas preocupações e as suas dúvidas e, por isso, quando se falava da Praça de Touros, tinha ouvido com atenção a senhora Vereadora Rute Perdigão, e tinha acompanhado as suas preocupações, não porque tivesse ido para lá como marchante, mas porque era de Setúbal há 64 anos, e gostando ou não gostando de touradas, aquele era um espaço de referência para os setubalenses. Se pudesse vir a ser uma outra coisa que não apenas uma

Praça de Touros, ou se puder deixar de ser Praça de Touros, para aqueles que não gostavam de touradas, se calhar melhor, uns ficariam mais contentes, outros menos contentes, mas a questão era que havia uma responsabilidade da autarquia que tinha que ser identificada e haviam respostas que tinham que ser dadas, por muito que isso custasse a quem tinha, todos os dias, a responsabilidade de, naquele momento, como vereadores com pelouro decidirem, negociar, agora, não havia nenhum momento em que se pusesse em causa a democracia, e não se podia pôr em causa a democracia, portanto, não se podia pôr em causa aquilo que era o questionamento que a oposição fazia. Claro que depois poderiam, se calhar também fazia parte da democracia, levantar, contrapor, dizer que se preocupavam com uma coisa e não se preocupavam com outra. Por acaso, preocupava-se com muitas outras coisas que às vezes, nem ali, eram faladas porque não era o momento. Mas tinha gostado da intervenção do senhor Vereador Ricardo Oliveira quando identificava, também, outro tipo de edifícios que mereciam, por aquilo que tinha descrito e concordava, a atenção de todos. Se mereciam a atenção de todos, no quadro democrático, se calhar, tinha ficado uma boa proposta, como faziam de vez em quando aquelas reuniões para discutir em privado determinado tipo de estratégias, para pensarem em construir em conjunto, como democratas que eram, uma estratégia para tentarem pressionar quem tinham de pressionar, para também dar resposta a esses problemas.

Disse que não conhecia, naquela bancada, ninguém que não fosse capaz de reconhecer a boa obra, tinham sido feitas referências ao Convento de Jesus. Havia boas obras, as boas obras até os eleitores as reconheciam, agora, as boas obras e a necessidade de olhar para outros edifícios com uma atenção..., não podiam era branquear aquilo que estava identificado com fortes preocupações, e reforçava aquilo que o senhor Vereador Fernando José, e aquilo que a senhora Vereadora Rute Perdigão tinham levantado, era preciso perceber o que é que se ia fazer com a Praça de Touros, porque se não fizessem alguma coisa rapidamente aquilo caía. Não seria o único edifício a cair em Setúbal, haveria outros com responsabilidade de a, b, c, e d, pois havia, então que trabalhassem em conjunto, finalmente de forma democrática, porque havia coisas que todos juntos valiam mais do que apenas alguns.

Portanto, a sua proposta era essa, estava identificado um conjunto de problemas, então que trabalhassem em conjunto para que cada um na sua ação enquanto autarcas, poder aqui e ali, ou em conjunto fazer as pressões necessárias, mas por favor, não usassem a boa obra feita, nem aquilo que estava por fazer, por responsabilidade de outros, para esconder aquilo que era naquele momento uma responsabilidade identificada daquele executivo, porque se não a democracia não funcionava.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que iria dar uma nota breve que tinha a ver com a intervenção do senhor Vereador Fernando José que, por acaso, quando tinha falado tinha-lhe suscitado uma preocupação, era se ele se iria embora dali, visto que como o Governo estava demissionário, e tinha falado como se fosse do Governo, até parecia que estava demissionário também.

Achava interessante essa forma de estar, porque mais do que uma vez, tinham sido confrontados com intervenções do senhor Vereador, como se fosse deputado e, como se fosse membro do Governo, menos vezes como vereador. Era uma forma como outra qualquer de intervir, mas que não deixava de ser interessante.

A segunda questão tinha que ver com a forma de colocar as questões e de fazer política. Tinham vindo a insistir na questão das escolas, que lhes tinham sido atualmente entregues, que tinham salas fechadas, porque estavam improprias para receber alunos, e tinham recebido presentemente aquelas escolas do Governo, cujas obras iam ser realizadas com um apoio que virá do Governo, virá, estava anunciado, ainda não tinha vindo, que estavam a ser geridas com apoios insuficientes do Governo, tendo já a Câmara metido quase 3 milhões de euros que não tinha que pôr, corria-se o risco de haver mais salas a fechar, e ficavam sem saber onde colocar as crianças das escolas que lhes tinham sido entregues há dias pelo Governo. Achava que aquilo era uma coisa brutal. Não sentia da parte do Partido Socialista, que se colocava na posição do Governo, a mesma preocupação com outras coisas que não

têm impactos daquele tipo, não sentia a mesma preocupação. Sentia uma outra coisa, que era uma profunda compreensão, enquanto se colocavam essas questões que têm que ver com o Governo: *“o Governo está a tratar, isto é estamos a tratar”*, dizia o senhor Vereador: *“estamos a tratar”*, como se fosse membro do Governo: *“vamos ter calma, estamos a tratar”*, mas daqui a pouco não saberiam onde colocar os alunos: *“mas tem calma, estamos a tratar”*, quando se tratava de outros aspetos, como o caso da Praça de Touros, o Imapark e outras coisas, que eram referidas, *“também estamos a tratar, tenham calma”*, ou então, aproveitassem agora, que era o que estavam a fazer, enquanto não estava tratado para fazer o *“show off”* que querem fazer: *“mas façam-no à vontade caramba, metam os posts todos que querem por no facebook, gritem alto o que quiserem, quando tiver tratado, estará tratado. Também estamos a tratar”*. Não notava essa profunda compreensão para situações bem mais graves que tinham em cima da mesa, por parte da bancada do Partido Socialista, e do senhor Vereador Fernando José/Governo do PS. É que havia questões bem mais graves, por exemplo, naquele dia, tinha saído o relatório sobre a pobreza. O relatório da pobreza dizia de uma forma clara, não tinha sido o PCP que tinha inventado, não tinha sido a bancada CDU que tinha inventado, tinha aumentado a pobreza em Portugal. Estava lá, preto no branco, dados do INE, os estudos todos, direitinho. Tinha aumentado a pobreza em Portugal. Tinha aumentado a forma distorcida da distribuição da riqueza. Os mais ricos estavam mais ricos, isto era, a riqueza produzida continuava a ser distribuída cada vez mais pelos mais ricos, acentuando, dizia o relatório, o profundo empobrecimento da classe média. Isso era um problema gravíssimo. Julgou, que o Partido Socialista, face àquele relatório, e tendo em conta que estava no Governo, iria tomar medidas profundas, mas o que estava a ser feito, naquele momento, ao longo de todos esses anos, em que o fosso entre mais ricos e mais pobres estava a acentuar-se, e a classe média estava a ser esmagada, o que estava a acontecer não era falta de produção de riqueza, era a errada distribuição de riqueza: *“o que é que faz o Governo do PS? Uns trocos para safar a situação”*, enquanto a situação continuava. Portanto, isso era mesmo grave, era daquelas coisas que implicava uma discussão profunda, e isso não era um problema da autarquia a, da autarquia b, eram só as questões de fundo. Não notava essa necessidade de trazer ali, de fazer *“posts”* e pôr no *“facebook”* um alerta: *“aumentou a pobreza em Portugal, vamos unir-nos e resolver o problema”*, não via isso.

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, raramente dizia aquilo, mas acompanhando a intervenção que tinha feito, o senhor Vereador do PSD, Paulo Calado, achava que era preciso fazer política de uma forma responsável e, naquele momento, o que sentia da bancada do Partido Socialista, era uma veia populista muito complicada, que não era comum, e, que do seu ponto de vista devia incomodar muitos socialistas, e devia incomodar muitos eleitores socialista, porque essa veia populista era a porta aberta por onde outros populismos também estavam a caminhar calmamente, era só ver o que se estava a passar em Portugal naquele momento. Portanto, a realidade que tinham era a que tinham, mas achava que era importante que se focassem naquilo que era mesmo relevante e que tivessem não dois pesos e duas medidas, mas sempre o mesmo peso e a mesma medida. Se o Governo dizia: *“estamos a tratar”*, eles davam de barato que estavam a tratar, se a Câmara dizia que estava a tratar, tinha que se dar de barato, também, que estava a tratar. Portanto, era uma questão de equilíbrio, na forma de intervir. Mas insistiu: *“aproveitem agora, que depois quando tiver resolvido já não vale a pena”*. Aliás, como ali tinha sido dito, mais do que uma vez, não se tinha falado, por exemplo, no Mercado do Livramento que ia fechar, que lhes tinha sido deixado assim, nem se tinha falado do Fórum Luísa Todi que ia fechar, e que tinha sido deixado assim, e que tinham sido resolvidos. Também não se tinha falado, quando se quis resolver o problema do Convento de Jesus, na altura, que o PS tinha votado contra o primeiro concurso internacional. Havia muita coisa que se deveria ter algum cuidado. Sinceramente, estava de acordo com o que também tinha dito o Vereador Vítor, que era. *“ok, então vamos*

trabalhar em conjunto na solução dos problemas”, muito bem, mas cada qual com as suas responsabilidades, naturalmente.

Quis deixar claro que achava que havia dois pesos e duas medidas, por parte da bancada do Partido Socialista, que tinha uma compreensão infinita, quase insuportável, em relação a tudo o que o Governo fazia ou não fazia, e que tinha uma incompreensão infinita e quase insuportável, em relação àquilo que eles estavam a tentar fazer e ainda não tinham feito.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que face à intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal não podia deixar de dizer duas ou três palavras.

Reafirmou que os autarcas do Partido Socialista não recebiam lições dos autarcas do Partido Comunista, nem do Partido Comunista como fazer política autárquica, nem como estar na vida pública, na vida cívica, tinham um percurso que falava por cada um deles.

Disse que percebiam o embaraço para o executivo CDU, do facto de os Vereadores do Partido Socialista estarem presentes no terreno, e estarem a denunciar junto dos setubalenses aquilo que têm sido os compromissos assumidos pela CDU e não cumpridos, como tinha sido o caso da Praça de Touros. Quando a Praça de Touros tinha sido adquirida, houve um compromisso, os setubalenses estavam a pagar e a Praça de Touros estava ao abandono. Quando o Imapark tinha sido adquirido, tinha havido um compromisso assumido com os setubalenses, os setubalenses estavam a pagar 5 milhões de euros por aquele espaço e aquele espaço estava ao abandono. Quando tinha sido adquirido o edifício para fazer a Fábrica das Artes, numa permuta que tinha sido aprovada em reunião da Câmara, os senhores assumiram um compromisso com os setubalenses, esse edifício estava ao abandono e ia ser alienado. E outros projetos como o Terminal 7, a Cidade do Conhecimento, o Projeto da Macau Legend, que os senhores tinham ido a Macau assinar, e por aí fora, era disso que estavam a falar. Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha tentado desviar o assunto daquilo que era o foco da intervenção, que tinha a ver com a questão do estacionamento tarifado, do contrato de concessão. Dirigiu-se à senhora Vereadora Rita Carvalho e disse que não se tratava de dúvidas sobre o contrato, eram situações do contrato que os senhores, naquele momento, não estavam a conseguir resolver. Os senhores tinham previsto o estacionamento subterrâneo no contrato, quando tinham lançado o concurso, e presentemente tinham dúvidas sobre a localização. Mas tinham sido os senhores que tinham lançado aquela localização, tinham sido os senhores que no anexo 9, tinham prevista a construção de uma parede, no Largo, José Afonso, no Auditório do Largo José Afonso, e agora, depois de muita pressão que também tinham sofrido por parte dos vereadores, nomeadamente, do Partido Socialista, entendiam que aquele valor deveria ser utilizado. Mas tinham sido os senhores que lá tinham colocado a parede, não tinham sido eles.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Pediu que se concentrassem na intervenção do Vereador Fernando José.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia terminar, e percebia o incomodo que tinha tido a notícia.

Sra. Vice-Presidente – Pediu que ao senhor Vereador Fernando José que terminasse, uma vez que também já estava no uso da palavra há algum tempo, e ainda tinham um camarada seu de bancada que queria falar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha estado a falar quase 15 minutos e ninguém o tinha mandado calar, e tinha falado de tudo menos do assunto que estava em cima da mesa que era a Praça de Touros.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Disse que era melhor utilizar o resto do tempo para terminar a intervenção.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia usar 15 segundos só para dizer que quando o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha pedido a palavra, e quando começou a fazer a sua intervenção, que tinha desviado o assunto da Praça de Touros, pensou que iria tirar dentro da sua mochila, a mochila que estava ao seu lado, os 2 projetos que tinham sido requeridos pelos Vereadores do Partido Socialista: o projeto da Praça de Touros e o projeto do Imapark. Pensou que a sua intervenção tinha a ver com isso, tinha a ver com o facto de retirar os projetos da mochila para entregar, mas não, andou a vaguear por outros assuntos, que também eram importantes, mas não eram para ali chamados naquele dia.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Disse que aquilo era o que dava terem o período antes da ordem do dia já esgotado. Já estavam um pouco ansiosos. Pediu ao público para não se pronunciar.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não sabia a que é que o senhor Vereador Carlos Rabaçal se queria referir, com aquela intervenção em *off*, sobre malas com dinheiro, mas se o senhor Vereador Carlos Rabaçal quisesse falar sobre cartões de crédito e utilização de cartões de crédito poderiam falar e aí teriam certamente tema para falar, e teriam muitas páginas para discutir.

Mas não tinha sido para isso que tinha pedido a palavra.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Pediu ao senhor Vereador Joel Marques que interrompesse um pouco a sua intervenção para que todas as bancadas pudessem ouvir a sua intervenção, acalmarem-se um pouco, não havia justificação para estarem a fazer aquele alarido, cada um tinha a sua oportunidade para falar e aqueles apartes, efetivamente, não dignificavam aquilo que estavam ali a fazer.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que em Setúbal a aprovação da medida de isenção do IMT era uma condição essencial para que o PSD viabilizasse o orçamento. Essas palavras não eram suas, eram de João Ferreira, Vereador do PCP, Vereador eleito pela CDU, na Câmara Municipal de Lisboa, tinham sido declarações prestadas em reunião da Câmara, em Lisboa, e, portanto, de acordo com João Ferreira, Vereador na Câmara de Lisboa, eurodeputado, destacado dirigente do Partido Comunista Português, em Setúbal, a aprovação da medida de isenção do IMT para jovens era uma condição essencial, para que o PSD viabilizasse o orçamento. E, por isso, atendendo à questão que ali lhes tinha sido colocada pelo senhor Vereador Paulo Calado, a quem aproveitava para fazer oposição à oposição, devolvia-lhe a pergunta: *“a quem é que interessa, a quem é que aproveita fazer oposição à oposição? Mas colocava outra, a quem é que interessa, e a quem é que aproveita dar a mão a quem exerce o poder, em determinadas circunstâncias? Particularmente quando falamos de um exercício de poder que é feito em maioria relativa.”* As medidas de apoio que ali tinham sido aprovadas em 2023, para vigorar em 2024, não eram particularmente diferentes das medidas que tinham sido aprovadas 2022 para vigorar em 2023. Em 2022, essas medidas serviram de argumento para que o PSD revertesse uma decisão que já tinha sido tomada, em reunião da Câmara e Assembleia Municipal, de reduzir o IMI para 0,37 e a participação variável no IRS para 3,7%, revertendo para 0,40 e para 4%, naquele ano, apesar de apresentar medidas que eram em tudo semelhantes, o PSD tinha entendido ter, em novembro, uma posição diferente, no que respeitava ao IMI, e, saudavam, também, em

relação à Participação Variável no IRS. E, saudavam essa alteração de posição em relação ao IML, coisa que não tinha acontecido, quer em maio, quer em outubro. Sendo as propostas exatamente as mesmas, mas tinha havido efetivamente uma inversão. E essa inversão de posições, era uma inversão de posições que não se limitava às questões fiscais. Recordaram que no final do 1.º semestre, do corrente ano, o PSD tinha afirmado que recusava liminarmente qualquer aumento de tarifas, particularmente no que respeitava aos resíduos sólidos urbanos. Era exatamente o mesmo PSD, que na reunião passada, tinha viabilizado, não só o aumento da tarifa dos resíduos sólidos urbanos, mas também o aumento do tarifário de água, o aumento tarifário do saneamento. E, portanto, esse ziguezaguear que, na verdade, diria que era a oposição ao próprio papel da oposição que o PSD deveria desempenhar, de construir alternativa e não construir a muleta, o apoio, a quem exercia o poder. Dirigiu-se ao senhor Vereador Paulo Calado e disse que também desconfortava alguns dos militantes do seu partido, e dizia-lhe porque alguns deles já o tinham abordado dando nota disso, da incompreensão que sentiam pela oposição absolutamente incompreensível do PSD, no que respeitava a matérias fiscais, no que respeitava à definição de tarifários, no que respeitava a discussões do orçamento, em que nunca se sabia para que lado caia. O PSD tinha decidido, naquele mandato, assumir um papel, que fragilizava mais o PSD do que propriamente a restante oposição, apesar da intenção do PSD não ser certamente essa, mas uma oposição sem nunca ninguém saber para que lado é que caia, se concordava com as alterações à política fiscal, enfim, num município onde o executivo tinha abdicado de política fiscal, se o PSD concordava com as alterações, à política fiscal ou se pretendia manter a política fiscal tal como ela estava, se concordava com as alterações aos tarifários, ou se entendia que os tarifários não deveriam ser mexidos e, portanto, em face desse posicionamento que o PSD tem assumido naqueles 2 anos, que tinha, naturalmente, que devolver, pergunta: *“a quem é que aproveita fazer oposição à oposição, e quem é que aproveita a dar a mão a quem exerce o poder?”*

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que há pouco quando referiu que, de facto, alguns militantes do PS o abordavam, eram militantes do PS e cidadãos, que não compreendiam as posições do PS, e a forma até acintosa com que as coisas eram transmitidas, como tinha sido o caso, naquele momento, aquele nervoso, aquele acinte, aquela quase revolta. A questão é que, por muito que tentassem controlar o PSD de Setúbal, não conseguiram, e havia ali um drama, o PSD sabia muito bem o que é que tinha proposto no seu programa eleitoral, e em relação ao IML...

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse: *“agora vai ouvir como os outros animais fazem, está bem? Uns falam, uns animais, e os outros também, está a perceber? Agora é a minha vez. Já uma vez tive que dizer isto nesta sala, foi ao Professor Mata Cáceres infelizmente, e ele riu-se, porque tinha sentido de humor, que é uma coisa que não vejo, às vezes no Partido Socialista hoje em dia. Ele riu-se muito porque achou piada, à forma como intervi, dizendo exatamente esta frase. Até a forma com que as reuniões decorrem, esta espécie de tumulto, que é fabricado, que é falso, que não é verdadeiro, demonstra que os senhores não estão bem com a vossa pele.”* Não podiam ter uma conversa em privado e ter outra em público, e era isso que tinha querido dizer há pouco. Não ia buscar coisas mais antigas porque eram desagradáveis, aliás, já tinham acontecido ali episódios até em público, nomeadamente consigo muito desagradáveis, que tinha a ver exatamente com a postura do Partido Socialista, em mandatos anteriores, nomeadamente em relação àquilo que tinha sido a intervenção Polis na cidade de Setúbal. Não ia, naquele momento, discorrer isso, porque demorava muito tempo, mas era algo que poderiam discutir um dia daqueles se quisessem, em público.

Relativamente àquilo que era a posição do PSD e o que era o seu programa eleitoral, ele estava claro. Também podiam chegar ali e dizer que, em vez de 3,5% do IRS, conforme

tinham proposto e, o Partido Socialista só pôs 3,7%, propunham 2%, que era aquilo que o programa deles visava obter, mas obviamente compreendiam que as coisas eram faseadas. O que achava estranho era os senhores interrogarem-se, porque é que eles viabilizavam um orçamento como o de Setúbal, que no caso de votarem contra, como os senhores o tinham feito, levaria a que não se fizesse intervenção do PRR, e da habitação, isso é que lhe fazia confusão, que era a grande bandeira do Partido Socialista, que era uma coisa, e no Governo, suportado pelo Partido Socialista, que era outra. Isso é que o espantava: *“mas será que querem o quê, enganar as pessoas?”*, é que parecia que era isso. Porque se dissessem que chumbavam, pura e simplesmente, como às vezes a oposição mais radical fazia, quando é a terceira ou a quarta força, como eles eram ali, o partido que era o *“challenger”*, o partido que era o número 2, o partido que até dizia que ia ser Governo da Câmara de Setúbal dali a 2 anos, habitualmente até era um partido que colaborava, no sentido de: *“quando lá chegarmos, vamos ver se não temos a Câmara como ela estava em 2001, depauperada, não é? Não podemos esquecermo-nos disso”*, e não lhe competia sequer a si lembrar isso, mas infelizmente tinha de lembrar, e, portanto, como tinha referido, não entravam na política de terra queimada, isso já tinha sido dito por si, pelo Dr. Fernando Negrão, pela Dra. Sónia Martins, e iam continuar a dizer, não era por estarem ali outras pessoas, naquele dia, que iam dizer diferente daquilo que tinham dito, e se fosse preciso explicavam o que tinham a explicar. Relativamente àquilo que era o tarifário dos resíduos, todos sabiam o que é que se tem passado, e a vergonha que era, que era a repercussão ou não disso nos cidadãos, a Câmara ia ter que pagar na mesma, sabiam todos disso, um aumento de 15%? era verdade, então, mas o aumento da tarifa, só naquele ano tinha sido 39% (salvo o erro), o ano anterior tinha sido 47%, tinha que haver alguma repercussão.

A verdade é que aquilo que lhes tinha sido garantido, e esperava que se verificasse, era que os valores andavam muito próximos de 2022, em termos de fatura da água, isso é que interessava. Estava mais preocupado, sinceramente, com o custo de vida das pessoas no supermercado, e não era populismo, era a verdade, que era aquilo que ia acontecendo, e havia medidas para tomar.

Poderia esclarecer cada uma das perguntas..., até tinha visto ali uma pessoa a intervir na Assembleia Municipal, uma pessoa que tinha ido ali falar pelo público, muito alterado a dizer que era do PSD, que estava contra a taxa de 0,40 no IMI, quando a taxa máxima era de 0,45 muito irado, quando um dos nossos companheiros lhe tinha ido perguntar: *“então o senhor é companheiro, é militante, o senhor fugiu pela escada fora”*, portanto, até havia figurantes naquela Câmara, havia figurantes nas Assembleias Municipais. Havia pessoas que iam ali falar, e depois não assumiam quem eram, era inacreditável o que se passava naquela Câmara Municipal. Não alinhava nisso, e quem o conhecia, e estava cá há 25 anos, e conhecia muitas das pessoas que ali estavam, algumas infelizmente já cá não estavam até, grandes autarcas que tinham tido, em todos os partidos, que não alinhavam naquelas coisas, portanto, não ia entrar nisso, não se ia rebaixar a entrar naquele tipo de discussão. Os senhores sabiam muito bem o que se passava, a verdade era que na Câmara de Lisboa, o PS também tinha viabilizado o orçamento: *“e qual é o problema? há problema negociaram o quê? Não me digam que estão feitos com o Carlos Moedas. Isso é de gargalhada. Põe as coisas aqui para enganar as pessoas, se é para isso que queriam que isto fosse filmado... sinceramente, o objetivo era sermos mais transparentes, tentamos não ser... alguma coisa estava aqui errada”*. Achava que o PS tinha que mudar de postura. Também achava que a CDU, inevitavelmente, ia perder a Câmara dali a 2 anos, não sabia se era o PS que ganhava, começava a ter muitas dúvidas sobre isso, exatamente pelo que ouvia na rua, muitas dúvidas. Não sabia se era o PS que ganhava, se calhar até iria sofrer bastante com isso, mas quem quer que fosse que liderasse a Câmara, e também a oposição, queria era que a Câmara estivesse no máximo, no melhor daquilo que podia para servir os interesses dos setubalenses: *“o não é esse o objetivo para o qual estamos aqui?”*. Depois havia as políticas, havia as escolhas. E havia uma coisa que não conseguia perceber, se chumbassem o orçamento, já no ano anterior, essa questão se colocou e, infelizmente, a CDU não conseguiu executar o plano que já havia para habitação para Setúbal, que tinha sido apresentado no

mandato anterior, mas esperava que fosse começar a executar em 2024: *“então mas nós não queremos o PRR? ou é só para inglês ver? é só para anunciar na televisão? não estamos preocupados com a habitação?”*, parecia que não. Tinham levado meses para apresentar o pacote de habitação, meses. Estavam tão preocupados com isso e depois..., tinham que ser coerentes, não era essa a razão pela qual o PSD tinha viabilizado, mas também era, tinham que ser coerentes: *“queremos ou não queremos que haja mais casas para as pessoas? Queremos ou não queremos que os preços baixem na habitação e no arrendamento? Se não houver nova habitação... em 8 anos em Portugal... bola, conversa fiada”*, o edifício da 5 de outubro, do Ministério da Educação, que era para habitação para jovens, estava na mesma. Havia uma coisa que não conseguia tolerar, e não tinha a ver com o Partido Socialista - não o levassem a mal -, era o exercício do poder pelo poder, só estar no poder pelo poder: *“Nós estamos no poder para fazer alguma coisa, para ajudar os nossos concidadãos a viverem melhor, para termos um melhor país, para termos uma melhor cidade. É para isso que cá estamos, e eu sei que os senhores, se calhar estão-se a rir não acreditam nisto, mas eu acredito, ainda acredito nisso”*. E, portanto, como era para isso que ali estavam, achava que a conversa estava feita: *“o resto são as negociações que são, e não quero entrar em mais detalhes porque evidentemente há negociações goradas, há tentativas de negociação, há tentativas de colocar pessoas em lugares e não se consegue, a vida é mesmo assim, depende das negociações, depende das coisas que se querem”*, agora a prioridade, a prioridade era pôr o nosso problema político, aquele pelo qual tinham sido sufragados em execução e era isso que o PSD estava a fazer, era baixar os impostos aos setubalenses.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que precisava de 30 segundos em nome da transparência.

Sra. Vice-Presidente – Questionou: *“em nome da transparência?”*. Disse que já se tinham estendido um pouco, tinham combinado....

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que eram 30 segundos para fazer uma intervenção telegráfica.

Sra. Vice-Presidente – Disse que de uma forma muito transparente tinha colocado as questões, as pessoas tinham-se inscrito, compreendia que o debate que faziam gerava sempre aquelas questões e fazia com que cada um quisesse rebater aquilo que eram as ideias dos outros, mas tinham um regimento, tinham combinado e tinham um limite. Disse ao senhor Vereador para fazer a intervenção de 30 segundos para encerrarem, porque se o senhor Vereador dissesse alguma coisa que outro Vereador não quisesse, não conseguiam entrar naquele jogo de *ping-pong*.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que agradecia a compreensão, o intuito não era rebater nenhuma intervenção, era efetivamente em nome da transparência esclarecer, porque pensava que quem estivesse a assistir àquela reunião e tivesse ouvido a intervenção do Vereador Paulo Calado poderia ficar a pensar que o chumbo de um orçamento implicava que não houvesse orçamento para o ano seguinte, e isso não correspondia à verdade, o senhor Vereador Paulo Calado sabia ...

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ao senhor Vereador Paulo Calado: *“agora é este animal que está a falar, e, portanto, são os outros que terão de ouvir. Fazendo uso das suas palavras”*. Como o senhor Vereador Paulo Calado bem sabia, era autarca, como fez questão de ali dizer, já há 25 anos, se o orçamento chumbasse havia duas coisas que poderiam acontecer: uma era o executivo decidir governar em duodécimos, e isso já tinha acontecido, pensava que há dois mandatos atrás, num determinado ano, em que o orçamento tinha sido

chumbado, se não estava em erro na Assembleia Municipal, e, portanto, o executivo decidiu governar em duodécimos, até porque o orçamento que tinha apresentado para esse ano era inferior ao do ano anterior, e, portanto, provavelmente até tinha sido inconveniente, outra alternativa era efetivamente apresentar um orçamento, que fosse negociado com a oposição e que integrasse propostas, que de parte a parte, pudessem viabilizar esse mesmo documento. O Partido Socialista tinha apresentado na sequência da reunião que tinham tido, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, um conjunto de propostas que entendeu que deveriam ser vertidas no orçamento, o executivo entendeu não verter essas propostas no orçamento, e o Partido Socialista em coerência, tinha votado contra. Em coerência com aquilo que tinha sido a não aceitação das suas propostas tinha votado contra, e não admitiam que houvesse algum tipo de condicionamento...

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não sabia se o senhor Vereador Carlos Rabaçal queria acrescentar mais alguma de informação, porque tem estado em *off* a tentar acrescentar mais alguns dados.

Não admitiam qualquer tipo de condicionamento, quer àquilo que eram as suas propostas, quer aquilo que era o seu sentido de voto e assumiam todas as suas responsabilidades, assim todos os eleitos estivessem na disposição de assumir as suas, mesmo quando eram algo titubeantes.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Pediu mais uma vez para se concentrarem no período antes da ordem do dia, era muito desagradável estarem a fazer uma transmissão em direto, e cada um não cumprir aquilo que eram as regras básicas, quando depois estavam a falar daquilo que era a transparência e a democracia. Apelou a cada um que se contivesse.

Disse que ainda queria dar algumas respostas em relação a algumas questões que tinham sido colocadas.

Relativamente à questão dos projetos, quer do Imapark, quer da Praça de Touros, no dia seguinte os senhores vereadores seriam contactados para fazerem um agendamento relativamente à consulta dos processos, dos projetos em causa.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Disse que se não houvesse condições para continuar paravam.

A informação que tinha do Departamento Financeiro, em relação à questão das marchas era que os valores iam ser liquidados ainda no corrente mês, no sentido de se fecharem as contas de 2023 com esses valores liquidados.

E, porque, também, não podia deixar fazer alguma avaliação política daquilo que tinha sido dito, disse que quase que ficavam muito descansados quando ouviam a intervenção do PS, porque estava tudo a ser resolvido, e os problemas estavam centrados na Praça de Touros e no Imapark.

Naquele momento, tomaram uma opção, relativamente ao orçamento que tinha sido aprovado naquela Câmara Municipal, com vários compromissos que aquela Câmara tinha há vários anos.

Eles, CDU eram uma força política de compromisso e de responsabilidade, portanto, se em 2020, 2022, tinham decidido adquirir a Praça de Touros, e ninguém tinha referido que a Praça de Touros pertencia a uma empresa privada, era explorada por uma empresa privada, e que estava em avançado estado de degradação, já não se podiam fazer atividades. Naquela Câmara Municipal tinha sido aprovado, há uns anos atrás um protocolo entre a entidade promotora e a própria Câmara Municipal para viabilizar a atividade da Praça de Touros, com pequenos melhoramentos que tinham que ser feitos, e a maior parte dos vereadores daquela

Câmara tinham votado contra essa proposta, relativamente aos melhoramentos da Praça de Touros. Essa era a história, era a história que os acompanhava.

Em 2020, 2021 a Câmara tinha tomado, e bem, a decisão de adquirir para o seu património a Praça de Touros. Como dizia o Vereador Carlos Rabaçal, estava a ser tratado. Estava a ser tratado, não era com a celeridade que todos gostaríamos, porque senhora Vereadora Rute também tinham essa preocupação, senão o que é que tinham feito? A Praça de Touros era dos privados, continuava a ser dos privados e iria-se degradar. Com aquela aquisição, por parte da Câmara Municipal havia garantia de que estavam a fazer todos os esforços para desenvolver os procedimentos, que teriam de fazer para, assim que possível, de acordo com as limitações que a Câmara tinha, e que os senhores vereadores sabiam, poderem depois, dar um seguimento a contento de todos. Existia o projeto que ia ser entregue aos senhores vereadores, para puderem no futuro, terem ali mais um equipamento, que certamente daria resposta na área cultural e desportiva na nossa cidade. Era esse o trabalho que faziam.

Portanto, os senhores vereadores podiam dizer assim: “*mas vocês compraram em 2021 estamos em 2023*”, era verdade, mas naquele momento a situação que viviam a nível das autarquias também era diferente daquela que era em 2021. E, a verdade é que, os senhores vereadores, garantiam que estava tudo resolvido nas escolas, estava tudo resolvido nos hospitais, estava tudo resolvido nos centros de saúde, mas a realidade não era essa. Sabiam que tiveram de investir bastante dinheiro da Câmara para a construção do Centro de Saúde de Azeitão, sabiam que iam ter que fazer, provavelmente o mesmo para a construção do novo Centro de Saúde da Bela Vista, o estado da escola, já tinha sido referido, e já tinha chamado a atenção para isso, inúmeras vezes estavam numa situação muito difícil, muito difícil mesmo, em relação às instalações escolares, e estavam ali, no fundo, preocupados com a Praça de Touros.

Também estava preocupada com a Praça de Touros, mas se tivesse de priorizar e tiver que analisar o dinheiro daquela Câmara Municipal para outros projetos, certamente que primeiro estariam outras prioridades do que a Praça de Touros. E, achava que poderia dizer isso em nome de todos os que estavam ali sentados. Porque se pensassem, que tinham que tratar da Praça de Touros, era verdade, mas que tinham que requalificar a Escola Secundaria du Bocage, que chovia lá dentro, e que os alunos levavam com a chuva em cima, achava que toda a gente naquela sala, e todos os setubalenses estariam de acordo que tinham que priorizar a questão da Secundaria du Bocage. Esperava, efetivamente, que rapidamente pudessem sair os avisos, para verem das condições, porque efetivamente, aquele edificado já não conseguia esperar tanto tempo. Era verdade que era uma questão de prioridades, e era uma questão de equilibrarem aquilo que eram as prioridades. De qualquer maneira, a preocupação, quer com a Praça de Touros, quer com o Imapark se mantinha, e que se não fosse assim não teriam sido adquiridos pela Câmara Municipal, não fazia sentido que não fosse daquela maneira.

Portanto, das questões que tinham sido colocadas pensava que já tinham sido todas respondidas.

Cada um tinha que ter a coragem de assumir aquilo que defendia, e era ali que tinham que assumir, com toda a frontalidade, e em relação às questões que tinham, não iria falar pelo PSD, como era óbvio, mas o que achava era que o PSD fazia a política, ora com o PS, ora com a CDU. Ainda na reunião passada isso tinha acontecido, tinha votado favoravelmente propostas do PS e tinha votado favoravelmente propostas da CDU. O que gostaria também era que o PS conseguisse vislumbrar muita da bondade das propostas da CDU, e que também se pudesse associar a essas propostas, uma vez que também, partilhava da opinião do Vereador Vítor Ferreira, que havia muitas propostas que eram votadas, naquela Câmara Municipal por unanimidade, e que eram propostas que vinham da CDU, que os senhores vereadores conseguiam ver a bondade das mesmas. Portanto, naquele dia, de certeza que iriam assistir a isso também. Havia ali muitas propostas naquela reunião de Câmara, que eram propostas na maioria da CDU, e que eram votadas por todos os vereadores.

Portanto, achava que mais tarde, na altura certa, as pessoas iriam julgar, como costumam fazer quando havia eleições, e deixariam isso para aquilo que as pessoas sabiam fazer, que era julgar o trabalho dos partidos políticos.

Naquela Câmara Municipal, o que lhes cabia a eles era trabalhar no sentido de porem em prática aquelas propostas que ali vinham e trabalhar, como dizia o Vereador Paulo Calado, em prol dos nossos munícipes. Aqueles que tiverem uma postura diferente, provavelmente as pessoas também os iriam avaliar e os iriam julgar, e isso deixaria para os cidadãos, dali a 2 anos poderem-se pronunciar como era o mais natural de vir a acontecer, sem estar ali com futurologias, porque ainda tinham muito trabalho a fazer pela frente, e a futurologia não era, efetivamente uma ciência exata, como se dizia antigamente.

Cada um iria fazer o seu trabalho como sabia e como podia, e depois no final logo fariam as contas.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 13 e 14.

**“Saudação
Sociedade Filarmónica Providência de Vila Fresca de Azeitão**

A Sociedade Filarmónica Providência de Vila Fresca de Azeitão assinala mais um honroso ano de vida, celebrando o seu aniversário no passado 26 de novembro. Fundada no longínquo ano de 1880, esta instituição musical desempenha um papel crucial na riqueza cultural e artística da região.

A Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Providência, ao longo da sua história centenária, teve a distinta honra de encantar com a sua música em diversas ocasiões perante o Rei D. Carlos, especialmente no início do século XX, quando o monarca se deslocava ao Palácio da Bacalhoa em Vila Fresca de Azeitão. Este episódio histórico atesta não apenas a qualidade musical da banda, mas também a sua importância na vida cultural da região, sendo reconhecida até pelas mais altas instâncias.

Na primeira metade do século XX, a Sociedade Filarmónica Providência, contando com a colaboração de músicos e regentes da Banda do Regimento de Infantaria 11 de Setúbal, viu-se enriquecida artisticamente. Manteve uma escola de música que, para além de elevar o nível artístico da banda, formou inúmeros músicos. Alguns desses músicos seguiram carreiras profissionais, integrando Bandas militares e contribuindo para o prestígio da música em Portugal.

Ao celebrar mais um ano de existência, reforçamos o destaque ao compromisso da Sociedade Filarmónica Providência com a música, a cultura e a formação de novas gerações de músicos. Votos de parabéns por este marco histórico e que esta melodia continue a encantar a comunidade local e além-fronteiras.”

**“Saudação
Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”**

O Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” celebrou o 102ª aniversário no passado dia 1 de dezembro, e nesta ocasião, é com regozijo que se destaca a vitalidade desta instituição. Reconhecemos que não se limita a atividade ao bairro, estendendo-se a todos os cantos da cidade, reunindo pessoas de diversas localidades para participar em variadas iniciativas.

É extremamente relevante testemunhar o pulsar constante desta coletividade, movendo-se ao ritmo do dinamismo e da energia dos seus membros. O Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” não se confina apenas à prática desportiva, mas estende os seus braços à comunidade, promovendo a participação de todos, independentemente da origem.

O movimento popular genuíno das pessoas é uma constante, evidenciando o espírito de união, colaboração e solidariedade que caracteriza esta instituição. Que este aniversário seja mais um marco na história rica do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, e que as suas atividades continuem a irradiar alegria e envolvimento junto de todos os que participam e apoiam esta causa. Parabéns pela perseverança e pelo valioso contributo para a dinâmica social da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Leu a seguinte declaração, conforme documento anexo sob o registo n.º 15.

“Declaração

43.º Aniversário da Morte de Francisco Sá Carneiro e acompanhantes

Há 43 anos, num fatídico acidente de aviação, perdíamos uma das figuras fundamentais para a história de Portugal: o Primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro. No dia 4 de dezembro de 1980, o país mergulhou em choque ao perder de forma abrupta Francisco Sá Carneiro, uma das personalidades mais carismáticas da política pós-25 de abril. Para além do cargo de Primeiro-ministro, liderava o maior partido da coligação que compunha o Governo.

Francisco Sá Carneiro desempenhou um papel crucial na consolidação da democracia em Portugal e foi um dos grandes impulsionadores do Partido Social Democrata, um dos pilares do sistema democrático português. Mais de quatro décadas após a sua morte, o seu legado perdura como símbolo da luta contra o Estado Novo e da construção da democracia e do Estado Social em que vivemos hoje.

O PSD presta homenagem a esta figura notável, um dos fundadores do partido e um dos arquitetos da democracia portuguesa. Recordamos com saudade Francisco Sá Carneiro, assim como Adelino Amaro da Costa e todos os que os acompanhavam nesse fatídico dia. A sua memória permanece viva, inspirando-nos na contínua busca por valores democráticos e no compromisso com o bem comum.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 16 a 21.

“Saudação

António Saramago distinguido com Prémio de Melhor Enólogo do Ano 2023

O setubalense António Saramago foi distinguido, no passado dia 27 de novembro, pela Associação de Escanções de Portugal com o Prémio de Melhor Enólogo do ano 2023.

António Saramago, antigo aluno da Escola Industrial e Comercial de Setúbal, atual Escola Secundária Sebastião da Gama, tornou-se num dos enólogos mais prestigiados e influentes do nosso país, conquistando mais de 200 prémios. Em 2008 foi eleito enólogo do ano pela revista Néctar, e em 2011 foi distinguido como o melhor enólogo português no ranking “Top Winemaker” do concurso Wine Masters Challenge.

Fundou a sua empresa em 2002, de forma a concretizar o sonho de produzir os seus próprios vinhos. Através da sua larga experiência no setor, descobre novos vinhos de grande qualidade em pequenos produtores, adquirindo-os através da sua empresa após o processo fermentativo (que é seguido por si com o maior rigor e segundo as suas diretrizes) e estagiando-os posteriormente em pipas de carvalho americano e francês já nas suas instalações.

Em 2018, foi lhe atribuída pela Câmara Municipal de Setúbal a Medalha de Honra da Cidade na classe “Turismo”, um reconhecimento mais do que merecido, para um setubalense com uma carreira prestigiada, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Reconhecendo o percurso profissional de António Saramago, bem como os seus importantes contributos para o desenvolvimento da região, os vereadores do Partido Socialista saúdam e

felicitam-no por esta distinção, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense**

O movimento associativo tem a capacidade de transformar as regiões e as comunidades locais em que se insere através da sua atividade, seja ela no domínio social, cultural ou desportivo.

Desempenha, assim, um papel determinante para o desenvolvimento local e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, tendo-se constituído enquanto parceiro fundamental do poder local para a democratização da sociedade, através da difusão de valores como a Justiça, a Liberdade, a Igualdade e Inclusão.

É através das entidades que compõe o movimento associativo, que muitos de nós temos o primeiro contacto com paixões que duram uma vida, desde o teatro, à música, ao futebol, à dança e a tantas outras atividades e modalidades.

Desta forma, entidades como a Sociedade Musical Capricho Setubalense, que celebrou o seu 156º aniversário no dia 22 de novembro e que, com a sua resiliência, perseverança e dinâmica, persistiu no tempo, adaptando-se aos novos interesses e necessidades das populações, ajudam a moldar a História e o futuro das regiões e comunidades em que se inserem.

A Capricho, como é conhecida por todos nós, celebrou 156 anos de importantes contributos para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal, em especial no ensino da música, tornando possível, através dos seus inúmeros projetos, o surgimento de novas bandas e grupos, como é exemplo a Orquestra de Jazz de Setúbal, a qual teve origem na sua Escola de Jazz.

Neste sentido, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida ao longo dos seus muitos anos de existência, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Musical Capricho Setubalense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário da Sociedade Filarmónica Providência**

A centenária e icónica Sociedade Filarmónica Providência assinalou o seu 143.º aniversário no passado dia 28 de novembro.

Fundada em 1880, partilha a sua História com a História da própria região e do país, tendo protagonizado momentos marcantes, como são exemplo as suas atuações para o Rei D. Carlos, aquando das visitas deste ao Palácio da Bacalhã, em Vila Fresca de Azeitão.

Tem sido, desde sempre, uma referência para as populações de Azeitão e Setúbal. A sua resiliência, capacidade de reinvenção e superação, permitiu-lhe, apesar de tudo, persistir, adaptando-se aos novos interesses e necessidades das populações, acompanhando a evolução da região e contribuindo, ao mesmo tempo, para a mesma.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, bem como o seu papel determinante, enquanto membro do movimento associativo setubalense, para o desenvolvimento da região e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Filarmónica Providência, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário do Grupo Desportivo Setubalense ‘Os 13’**

Mesmo após a celebração do seu centenário, em 2021, o Grupo Desportivo ‘Os 13’ nunca deixou de ser a coletividade dinâmica que todos conhecemos, tendo, por outro lado, encontrado novas formas de se reinventar e de desempenhar o seu papel junto da comunidade, dando resposta aos novos interesses e necessidades dos seus associados e de todos os setubalenses.

Exemplo de resiliência e superação, de renovação, esforço, criatividade e singularidade, ‘Os 13’ celebrou no passado dia 1 de dezembro o seu 102º aniversário, assinalando décadas de importantes contributos para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho de Setúbal, enquanto membro ativo do movimento associativo setubalense, num contacto permanente com as populações e restantes entidades, trabalhando em prol da comunidade.

Desde as suas produções teatrais, às tardes de convívio ou às Marchas Populares, ‘Os 13’ tem desempenhado um papel determinante a nível local para o desenvolvimento do nosso concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

Neste sentido, e reconhecendo toda a atividade desenvolvida pela coletividade ao longo de mais de 100 anos, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo Setubalense ‘Os 13’, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário da Associação Desportiva de Aikido de Setúbal**

O movimento associativo desempenha um papel determinante enquanto promotor de desenvolvimento a nível local, em áreas como a cultura, o desporto, a educação e a juventude, constituindo-se como um parceiro indispensável do poder local para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

As coletividades, instituições e associações setubalenses, que no concelho desenvolvem um importante trabalho em prol da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento integral do nosso território, são parceiros fundamentais, devendo ser reconhecidos e apoiados como tal.

A Associação Desportiva de Aikido de Setúbal, que celebrou o seu 25º aniversário no dia 23 de novembro, não é exceção. Tem sido, desde a sua fundação em 1998, promotora da prática da modalidade de Aikido, arte marcial com base em exercícios de autodefesa, na busca por harmonia, autocontrole, introspeção e paz interior.

Desenvolve a sua atividade, a qual tem como objetivo promover o desenvolvimento do aikido, mas também dos valores inerentes à sua prática, maioritariamente, através do trabalho voluntário, sendo que, os seus associados, praticantes e mecenas desempenham também um papel fundamental.

Neste sentido, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela associação, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a A.D.A.S., órgãos sociais, associados e praticantes por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

**“Saudação
Aniversário Clube de Malha Corrida da Azeda**

Os jogos tradicionais são uma importante forma de expressão cultural. São práticas puras, simples e lúdicas, que contribuem para a promoção e preservação de tradições, bem como para o desenvolvimento e manutenção de capacidades motoras e competências cognitivas, numa perspetiva intergeracional.

As entidades que, a nível local, tornam possível a difusão e prática destes jogos, desempenham um papel determinante para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em especial da população idosa, que encontra nestas atividades lúdicas uma importante ferramenta para o envelhecimento ativo e para o combate à solidão e ao isolamento.

O Clube de Malha Corrida da Azeda, que celebrou o seu aniversário 21º aniversário no dia 5 de dezembro, desenvolve um importante trabalho junto da população e em prol da comunidade, para a construção de uma Setúbal mais ativa, justa e inclusiva.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Malha Corrida da Azeda, órgãos sociais, sócios e praticantes por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Pedro Pina – Disse que se tinha esquecido de frisar, mas não poderiam deixar de relevar algo relevante e que se revestia de simbólico, que o Município de Setúbal tinha ganho através do seu programa “Conscientemente”, um prémio atribuído pelo Instituto do Desporto e Juventude, que envolvera mais de 30 jovens no período do verão, que tivera a colaboração das Juntas de Freguesia, e que fizeram um trabalho de sensibilização relativamente às florestas e à natureza. No dia anterior tinham ido receber o prémio, que era pertença de todos os voluntários que se disponibilizaram durante o período de verão, que valorizaram e conheceram o seu território e acima de tudo também da Divisão da Juventude, pela valorização e participação cívica daqueles jovens.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu os seguintes votos de pesar, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 22 e 23.

**“Voto de Pesar
Falecimento de Policarpo de Freitas**

Policarpo de Freitas, uma das vozes de rádio mais carismáticas da região de Setúbal, faleceu no início desta semana, aos 71 anos.

Natural do Funchal, residia em Setúbal há diversos anos.

Foi locutor na Rádio Azul, na Rádio Pal e na Rádio Renascença.

Fez da sua paixão pelo “microfone”, pela rádio e pelo público a sua carreira, tendo sido, ao longo de muitos anos, a companhia de milhares de pessoas que, através do seu rádio, no carro, em casa ou no trabalho, o escutavam.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”

**“Voto de Pesar
Falecimento de José Pina**

José Pina, conhecido por todos nós por Zeca da Fonte Nova, faleceu na madrugada de hoje, aos 83 anos.

Dedicou a sua vida ao movimento associativo e à sua comunidade, tendo deixado a sua marca no concelho de Setúbal.

Reconhecido por todos pelo seu percurso associativo, mas também cívico, José Pina contribui, inequivocamente, para o desenvolvimento cultural e desportivo da nossa região, mas também para a promoção da inclusão e combate ao isolamento, nomeadamente, através do seu trabalho junto da comunidade, em especial junto dos mais vulneráveis.

Era atualmente Presidente do Grupo Desportivo da Fonte Nova, coletividade que fundou.

Acarinhado por todos aqueles que tiveram a oportunidade de o conhecer, deixa em todos nós saudade.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências”

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo sob o registo n.º 24.

**“Voto de pesar
José Pina – Zeca da Fonte Nova**

José Pina, mais conhecido como Zeca da Fonte Nova, faleceu esta quarta-feira, vítima de doença, aos 83 anos.

José Pina fundou e presidiu, ao longo de vários anos, ao Grupo Desportivo Fonte Nova e a sua vida funde-se com a da coletividade.

É reconhecido o seu empenho e dedicação à causa associativa pautado pelo apoio e divulgação de várias atividades de caráter popular, como o Enterro do Bacalhau, o Desfile de Palhaços da Fonte Nova e uma presença assídua nos certames de marchas populares, mas também na promoção do Fado e dos fadistas locais.

Homem de causas, lutou pelo desenvolvimento desportivo e cultural da coletividade que presidiu.

Todos lhe reconhecem a veia solidária e a sua presença junto das populações mais carenciadas da zona da Fonte Nova. Durante anos promoveu na sede da coletividade a Ceia de Natal que partilhava com idosos e pessoas que viviam sozinhas na freguesia juntando à mesma mesa a sua família e os populares na noite de 24 de dezembro.

À família enlutada e aos muitos amigos, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta sentidas condolências.”

Sra. Vice-Presidente – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo sob o registo n.º 25.

**“Voto de pesar
Policarpo Freitas**

Policarpo Freitas faleceu esta segunda-feira, aos 71 anos, em Setúbal.

Nascido a 8 de janeiro de 1952, na ilha da Madeira, Policarpo Freitas dedicou grande parte da sua vida à rádio, tendo passado por várias estações emissoras, nomeadamente no Grupo Renascença e na Rádio Voz de Setúbal onde se tornou bastante conhecido e próximo dos setubalenses que acompanhavam os seus programas radiofónicos.

Aposentado há alguns anos, Policarpo Freitas terminou a sua carreira na Rádio Amália.

Apaixonado pela comunicação, Policarpo Freitas foi uma presença assídua nos palcos onde deu voz a muitos eventos e onde apoiou dezenas e dezenas de artistas.

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal envia sentidas condolências.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o PSD se associava àqueles dois votos de pesar de Policarpo de Freitas e de José Pina.

A senhora Vice-Presidente propôs um minuto de silêncio

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 22/2023 - Reunião ordinária de 04 de outubro de 2023

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que na página 48, no final daquilo que tinha sido a declaração de voto que tinha feito onde se lia: “nós não podemos conscientemente compactuar com aquilo que é um **cumprimento** contratual”, deveria ler-se “nós não podemos conscientemente compactuar com aquilo que é um **incumprimento** contratual”.

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 23/2023 - Reunião ordinária de 25 de outubro de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 24/2023 - Reunião ordinária de 08 de novembro de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

Ausentaram-se da sala o senhor Vereador Pedro Pina e a senhora Vereadora Rita Carvalho

4. Deliberação n.º 1114/2023 – Proposta n.º 67/2023 – GAP – Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, gasolina e gasóleo, em postos de abastecimento em Portugal Continental, para viaturas da frota dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para o ano de 2024 ao abrigo do Lote 1 do Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ-CR-2023, promovido pela entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (eSPap) - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Regressou à sala a senhora Vereadora Rita Carvalho

5. Deliberação n.º 1115/2023 – Proposta n.º 68/2023 – GAP – Alteração aos autos de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023 (segunda alteração)

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 8 votos a favor, 4 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

6. Deliberação n.º 1149/2023 – Proposta n.º 454/2023 – DAF – Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado – Retificação dos bens a adquirir e do respetivo montante global

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a primeira proposta apresentada em reunião de Câmara, tinha sido uma solicitação da Águas do Sado, no sentido de terem uma deliberação de câmara de aceitação por um dado valor, a corrigir posteriormente, de todas as viaturas e outros bens que eram necessários ao normal funcionamento dos Serviços Municipalizados. Naquela altura fizeram um apuramento de pormenor de todos os equipamentos, tendo-se apurado que o valor era ligeiramente inferior, de 110 mil euros para os 139 mil euros. Disse que a nova proposta tinha os valores exatos, com o objetivo de resolver o pagamento daqueles bens à Águas do Sado, que os tinha deixado estar ao serviço dos Serviços Municipalizados durante aquele ano, sem que os Serviços Municipalizados os tivessem adquirido.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 1150/2023 – Proposta n.º 455/2023 – DAF– Recuperação de custos incorridos pela Águas do Sado, S.A., referente ao exercício de 2022

Regressou à sala o senhor Vereador Pedro Pina e ausentou-se de sala o senhor Vereador Ricardo Oliveira.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 41 e 42.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aqueles custos incorridos habitualmente resultavam da diferença entre o valor recolhido pela concessionária na base do tarifário, tinha sido construído na base de determinados pressupostos, e os custos incorridos anualmente eram avaliados em função dos pressupostos que tinham sido alterados e não previstos na formação do tarifário. Habitualmente eram integrados no tarifário do ano seguinte como, entretanto, tinha acabado o contrato não havia mais tarifário das Águas do Sado, tinham sido calculados os custos incorridos e competia-lhes a eles assumir esse valor.

Portanto, tudo tinha sido verificado, tudo tinha sido avaliado, havia mais custos incorridos que as Águas do Sado tinham colocado, tinham rejeitado uma série de custos, e os custos que consideravam válidos, tinham sido devidamente ponderados, eram os que iam ali, àquela reunião, e eram reconhecidos e devidos.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

8. Deliberação n.º 1116/2023 – Proposta n.º 456/2023 – DAF/DICONT – 8.ª Alteração permutativa ao orçamento da despesa, 8.ª ao plano de atividades municipal e 8.ª ao plano plurianual de investimentos

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 43 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 4 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

9. Deliberação n.º 1117/2023 – Proposta n.º 457/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua das Alcaçarias, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 1118/2023 – Proposta n.º 458/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 1151/2023 – Proposta n.º 459/2023 – DAF – Projeto de protocolo para a gestão e manutenção do sistema público de drenagem de águas pluviais do concelho de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 e 52.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a necessidade daquele protocolo tinha que ver com o facto de aquela atividade não ser uma atividade regulada e não ser uma atividade natural dos Serviços Municipalizados, a única forma de assegurar que aquela atividade, que era da Câmara, era do município, mas era da Câmara, transitasse para os Serviços Municipalizados era na base de um protocolo que permitia essa possibilidade, sendo que em qualquer circunstância os encargos eram do município, visto que não era uma atividade regulada, e tinha que haver essa relação protocolada e financeira entre a Câmara e os Serviços Municipalizados.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 1119/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 3/2023 GAJ-CM

Regressou à sala o senhor Vereador Ricardo Oliveira.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registados sob o n.º 53.

Sra. Vice-Presidente – Disse que o processo tinha estado para consulta dos senhores vereadores.

Questionou se queriam fazer o voto secreto em simultâneo, referente à deliberação 1119/2023 e deliberação 1120/2023.

(Vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – Disse que o poderiam fazer, porque estavam identificados.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que concordavam, por efeito da lei aqueles processos tinham sempre que ser arquivados, não lhes restava outra opção senão votarem favoravelmente ao arquivamento.

Sra. Vice-Presidente – *“mas tinham que votar”*.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que estava bem, mas tinha a ver com isso.

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o voto era secreto, exato, mas as pessoas que votavam podiam dar o seu sentido de voto.

Disse que estava a influenciar o senhor Vereador Fernando José, pedia imensa desculpa.

(vozes de fundo)

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, com 11 votos sim e em minuta.

13. Deliberação n.º 1120/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 02/2023/DRH/DM

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, com 11 votos sim e em minuta.

Sra. Vice-Presidente – Disse que ambas as deliberações tinham sido votadas por unanimidade pelo arquivamento.

14. Deliberação n.º 1121/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído

O senhor Vereador Fernando José e o senhor Vereador Carlos Rabaçal saíram da sala.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 1122/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DASU/DIEV – Aceitação de Doação da Empresa “Nordmann Portugal S.A” ao Município de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 1123/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DEB/DIGEPE – Alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57.

A Sra. Vice-Presidente – Disse que traziam uma alteração à constituição por diversas vicissitudes de membros que tinham que ser substituídos relativamente a certas condições que tinham acontecido ao longo do mandato.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Disse que havia uma questão relativamente ao nome de Célia Cópio, porque ela se tinha demitido.

A Sra. Vice-Presidente – Disse que quando tinham feito a proposta ainda não tinha a informação que a professora Célia Cópio iria apresentar a demissão, e, portanto, tinham-no feito no pressuposto, de qualquer maneira, ela estaria em funções até ao dia 31 de dezembro pelo que seria dado início a um novo processo concursal para a eleição do novo diretor e, quando isso acontecesse teriam de trazer uma nova alteração. Por hora, como a diretora ainda estava em funções até 31 de dezembro, a sua proposta era que aprovassem aquela proposta, e depois teriam de fazer uma nova proposta.

Pedi desculpa, mas julgavam que assim seria a maneira mais correta de fazerem, com aquela questão de que seria dado seguimento pelo Conselho Geral do Agrupamento Ordem Sant’lago, para que houvesse novamente eleições e para que aquela situação fosse novamente regularizada. Depois, em relação àquilo se merecesse a aprovação dos senhores vereadores iria para a Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal ainda iria aprovar no dia 27, e depois em fevereiro, provavelmente, já teriam outra proposta para remeter para que aquilo ficasse regularizado. Portanto, eram questões que os ultrapassavam.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 1124/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DEB – Retificação da proposta n.º 05/2022/DES-DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamento de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho – 2021/2023

O senhor Vereador Fernando José entrou na sala.

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58.

Sra. Vice-Presidente – Disse que se tratava de condições objetivas relativamente à alteração na Junta de Freguesia de São Sebastião, mas também de um argumento que tinha sido ali apresentado, naquela Câmara Municipal, pelo Vereador Vítor Ferreira. Tinham falado com as juntas de freguesia e todas tinham sido sensíveis. Quando tinham trazido a proposta inicial, os senhores presidentes de juntas, ou os representantes de junta, não tinham uma pessoa que os pudessem substituir, e isso muitas vezes causava alguns problemas, porque todos na vida tinham impedimentos e era sempre muito positivo poderem ter alguém que os substituísse. Era nesse sentido que tinham feito a proposta de nomear para representantes nos conselhos gerais, também das juntas de freguesia com possibilidade de substituição. Pediu escusa da leitura porque estavam ali os conselhos gerais todos, o respetivo substituto, de forma a assegurar sempre que a representação da Câmara Municipal e das juntas de freguesia.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que para reforçar a ideia de que era uma boa proposta, no sentido em que sabiam que os presidentes de junta tinham uma vida intensa, e tinham imensas iniciativas, às vezes não era fácil conseguir conciliar a sua agenda enquanto autarca com a sua agenda da representação da autarquia, enquanto conselheiro nos conselhos gerais.

Pensava que isso vinha facilitar a vida dos presidentes de junta, mas também era verdade que muitas vezes nos conselhos gerais se fazia muitas intervenções: *“falando deste e daquele problema que se ia encontrando aqui e ali”*, e era importante estar, como aliás, estava na base da proposta anterior, de levar também as juntas de freguesias até ao Conselho Geral, portanto, assim resolviam vários problemas. Pensava que era uma boa proposta e ia no sentido do que era mais importante para as nossas comunidades educativas.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 1125/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DEB/SEB – Constituição da Rede de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana de Lisboa

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 1126/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Escola Básica de Vendas de Azeitão e Escola Básica de Brejos de Clérigo

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 1127/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DEB/DIGEPE – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 a 72.

Sra. Vice-Presidente – Disse que traziam ali uma atualização, àquilo que era o contrato de delegação de competências nos diretores. Aquela proposta tinha vindo em junho, para ter efeito naquele ano letivo, contudo verificou-se que tinha de se fazer um ajuste relativamente à Portaria n.º 10/2023, porque inicialmente eram transferidos 6,30€, por aluno e atualmente eram transferidos 7€ e não tinha presente os cêntimos certos, por aluno. Tinha sido preciso fazer uma atualização relativamente aos valores que eram transferidos.

Aquilo que propunham era a aprovação daqueles valores mensais a transferir para as escolas, não havia alteração nas comunicações e na limpeza, apenas havia alteração no que se referia àquela Portaria n.º 10/2023.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 1128/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de caris cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73.

Sr. Vereador Pedro Pina – Cumprimentou a senhora Vice-Presidente pela eficácia na condução da reunião.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Eficiência, eficácia”*. Disse que os seus pares lhe diziam que era eficiência.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 1129/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro no projeto de literacia digital para a AMBAC

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 74 e 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 1130/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DCDJ/DIDES – Taxas a cobrar pelo Município pelo aluguer de espaços de exposição no âmbito da Feira Náutica de Setúbal 2024

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a Feira Náutica de Setúbal tem vindo a ganhar crescente protagonismo, o ano anterior com uma relevância muito substantiva pelo número de expositores e sobretudo demonstrando a importância e vitalidade que aquele setor ganhava no contexto do nosso território.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 1131/2023 – Proposta n.º 152/2023 – DCDJ/DICUL – Isenção de 50% total da taxa em instalações desportivas Municipais – Ritmus

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 1132/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Apoio Financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 78 e 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 1133/2023 – Proposta n.º 310/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de Unidade Hospitalar (Ambulatório de Psiquiatria) - Processo n.º 127/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80.

O senhor Vereador Pedro Pina ausentou-se da sala.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era para realçar mais um investimento no Serviço Nacional de Saúde. Investimento feito por decisão do Governo, alguns não gostavam de ouvir, mas era a verdade, depois da construção do novo edifício das urgências do Hospital de São Bernardo, que alguns tinham duvidado, mas as obras estavam em curso e a bom ritmo. Tinham, naquele momento, mais um compromisso assumido, mais um investimento, e mais uma valorização do Serviço Nacional de Saúde, que passava ali despercebido, que ninguém iria falar sobre isso, mas que tinha a ver com a construção, precisamente, da nova Unidade de Ambulatório de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Centro Hospital de Setúbal. Portanto, saudavam mais aquele investimento, no concelho de Setúbal, mais um investimento na valorização do Serviço Nacional. Um investimento que iria passar ali despercebido e era bom realçar.

Sra. Vice-Presidente – Disse que achava que não iria passar despercebido e saudavam também, queriam era ouvir muito mais vezes em relação aos outros problemas todos que tinham, não era isso que estava em questão.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Fez a sugestão que as próximas propostas, se a senhora Vereador Rita Carvalho estivesse de acordo, fossem votadas em bloco. Da proposta de deliberação 1134/2023 até à proposta de deliberação 1147/2023, portanto do ponto 27 ao 40, deixando só a proposta de deliberação 1148/2023.

Sra. Vice-Presidente – Colocou à consideração a proposta do Vereador Fernando José, quer da CDU, da Vereadora Rita Carvalho quer do PSD, a possibilidade de votarem em bloco desde o ponto 27 até ao ponto 40.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 1134/2023 até à proposta de deliberação 1147/2023 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 1134/2023 – Proposta n.º 311/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 01/2012 - Processo n.º 1074/06

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

28. Deliberação n.º 1135/2023 – Proposta n.º 312/2023 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável relativa à alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação - Processo n.º 43/22

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

29. Deliberação n.º 1136/2023 – Proposta n.º 313/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de estacionamento proibido na Rua Hermínia Silva

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 e 84, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

30. Deliberação n.º 1137/2023 – Proposta n.º 314/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização vertical de “paragem e estacionamento proibidos”, exceto tomada e largada de passageiros, na Rua da Escola de Brejos de Clérigo

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 85 e 86, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

31. Deliberação n.º 1138/2023 – Proposta n.º 315/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 653/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 87 a 89, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

32. Deliberação n.º 1139/2023 – Proposta n.º 316/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 654/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 90 a 92, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

33. Deliberação n.º 1140/2023 – Proposta n.º 317/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 655/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 a 95, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

34. Deliberação n.º 1141/2023 – Proposta n.º 318/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 656/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96 a 98, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

35. Deliberação n.º 1142/2023 – Proposta n.º 319/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 666/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 a 101, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

36. Deliberação n.º 1143/2023 – Proposta n.º 320/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário C/ 24m2 - Processo n.º 669/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 102 a 104, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

37. Deliberação n.º 1144/2023 – Proposta n.º 321/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 670/16

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 105 a 107, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

38. Deliberação n.º 1145/2023 – Proposta n.º 322/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 71/17

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 108 a 110 foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

39. Deliberação n.º 1146/2023 – Proposta n.º 323/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 27/20

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 111 a 113, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

40. Deliberação n.º 1147/2023 – Proposta n.º 324/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Venda de castanhas - Processo n.º 177/14

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 114 e 115, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 26).

41. Deliberação n.º 1148/2023 – Proposta n.º 325/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 116 e 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

O senhor Vereador Pedro Pina regressou á sala.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A senhora Karin fez uma intervenção que não ficou registada, uma vez que a própria não autorizou, de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Sr. Ezequiel – Disse que iria falar em representação da Associação Direito ao Descanso em Setúbal, em ausência da Presidente da associação que os seguia online.

Aquela associação esteve naquela sala fazia aproximadamente um mês, para denunciar o não respeito da Lei do ruído da parte dos estabelecimentos de diversão noturna em Setúbal e, solicitar uma ação urgente do Executivo Camarário àquele respeito. A atenção e interesse demonstrado pelo Executivo Municipal àquele problema tinha-os conduzido a uma primeira reunião de trabalho com as equipas responsáveis do urbanismo, fiscalização e ambiente. Os compromissos então assumidos tinha-os deixado acreditar que após longos anos de inação, uma melhor qualidade de vida para os moradores e os que os visitavam, e uma melhor qualidade para a atividade de diversão noturna da nossa cidade eram possíveis. Efetivamente a edilidade tinha-se comprometido a elaborar um novo regulamento municipal do ruído mais adaptado à realidade atual, a ser apresentado em Assembleia Municipal para votação na sessão de junho de 2024. Também se comprometeu, até essa data, a abrir um diálogo com os exploradores de estabelecimento de diversão noturna para os sensibilizar e os associar àquela transformação para o bem de todos.

Nessa reunião, tinha ficado decidido que aquele compromisso passaria, entre outras ações, por regulares operações de fiscalização a cada 3 semanas para implementar progressivamente uma coabitação mais respeitosa e responsável com os moradores e com a própria associação, porque lutavam para restabelecer a lei numa zona da cidade que se transformou, ao longo dos últimos anos, num “*Far West*”, sem lei nem xerife.

Aquela associação já tinha sido ameaçada duas vezes e as ameaças já tinham passado aos atos de degradação de bens imobiliários da sua Presidente.

Da parte que lhes cabia, comprometiam-se a disponibilizar todos os recursos, toda a disponibilidade e toda a vigilância para contribuir para o sucesso rápido daquele projeto. Nesse sentido, enviaram à Câmara uma lista dos pontos essenciais e consensuais dos regulamentos já aplicadas em muitos municípios do país, alguns há mais de 10 anos: Portas e janelas fechadas durante todo o horário de funcionamento, antecâmara com isolamento acústico a nível da entrada, interdição de qualquer fonte de ruído no exterior do estabelecimento como colunas, orquestras, durante o período da noite, horário limite meia-noite para exploração das esplanadas, nível sonoro máximo de 95 decibéis no interior do espaço, limitador de som calibrado para que o som exterior não ultrapassasse os 65 decibéis em zona mista, 55 decibéis em zona sensível durante o período noturno. Limitador de som certificado com o sistema de gravação e stock dados, instalação e configuração por entidade acreditada, dispositivo de controle e fiscalização, claramente definido.

A Câmara ficou de lhes enviar rapidamente o esboço do novo regulamento, que ainda estavam por receber, para que pudessem iniciar uma troca de ideias fértil para todos. Também estavam sem notícias da fiscalização dos bares e discotecas que lhes foi anunciada como iminente. Já tinham ocorrido três fins de semana nos quais nada aconteceu, e nos quais os moradores foram mais uma vez prejudicados no seu dormir. Conheciam os prazos necessários para aquele processo e também sabiam que a saúde e o descanso dos moradores já não podiam esperar muito mais, tinham ido ali perguntar concretamente: “*senhora Vereadora Carla Guerreiro, quando iremos receber o texto inicial, a troca de ideias prometida? Senhora Vereadora Rita Carvalho, quando será iniciado o plano de fiscalização regular e prometido?*”.

Sra. Denja – Disse que tinha ido ali em representação do movimento cívico apartidário “*Acordai, pelas nossas crianças*”, constituído por pais, professores, educadores e sociedade civil. Lutavam pelo direito: “*das crianças serem crianças*”, livres para crescer com a inocência

que lhes era inata, e dando-lhes o tempo necessário para se descobrirem enquanto seres que pensam, sentem e amam.

Apresentavam-se com a intenção de questionar a Câmara Municipal se:

1- Estão alerta para a existência de uma campanha de sexualização e erotização precoce das nossas crianças nas escolas portuguesas?

2- Tem conhecimento que na disciplina de cidadania e desenvolvimento é abordado o tema “*Identidade e expressão de género*” em todas as disciplinas, desde a creche até à universidade?

3- Aceitam que a partir dos 3 anos de idade comece a ser incutida a ideia de que o menino pode ser menina, e a menina pode ser menino, e que o sexo biológico não determina nada?

4- Acreditam que aos 6 anos seja possível uma criança auto determinar-se do sexo oposto e passe a vivenciá-lo?

5- Acham que aos 16 anos possa ser possível alterar o nome no registo civil sem que os pais tenham uma palavra a dizer?

6- Sabem que está a haver um aumento exponencial do uso de bloqueadores de puberdade comumente usados na castração dos violadores, a partir dos 12 anos e uma generalização de cirurgias profunda e definitiva, em pessoas ainda em construção, plenos das dúvidas próprias da idade?

7- Vão autorizar e implementar o uso de casas de banho mistas nas escolas, assim como o uso dos balneários de acordo com o auto de terminado género privilegiando uns, e colocando em risco todos os outros. O mesmo acontecerá com outros equipamentos municipais, piscinas, teatros, museus etc?

8- Aceitam que associações LGBT+ entrem nas escolas como parceiros sociais para dar formação aos nossos filhos em temas íntimo, como orientação sexual e “*identidade de género*”, sem conhecimento dos pais, desconhecendo-se o currículo e a idoneidade de seus formadores?

9- Inquieta-nos que esta campanha vulgarize a verdadeira disforia de género, banalizando-a como se fosse uma coisa “*fixe e da moda*”.

10- Apoquentam-nos a existência de uma campanha que apregoa a “*inclusão, igualdade e diversidade*”, mas que se extingue na comunidade LGBT +, excluindo dramaticamente a “*igualdade*” de direitos de todos os outros com necessidades especiais. Esta campanha é uma imposição ideológica, fraudulenta e usurpadora dos reais direitos da maioria da comunidade escolar.

11- Será que os senhores têm controlo sobre iniciativas que estão a ser levadas a cabo em bibliotecas e em outros equipamentos municipais, e ao abrigo da “*inclusão*” fazem lavagem cerebral às nossas crianças?

12- Perguntamos a todos os que têm filhos, sobrinhos, netos... não os incomoda esta doutrinação? Não os incomoda que a Escola e o Estado vos ultrapassem enquanto educadores, usurpando-vos o direito de formar, orientar e balizar a vida que criaram, imiscuindo-se na vossa família de forma tão íntima?

13- Nada nos move pelo ódio; respeitamos o direito que cada ser humano tem de ser quem é, sem rótulos ou preconceitos.

14- Defendemos a realidade biológica, o respeito pela verdadeira “*disforia de género*” e os valores da família.

15- Esta doutrinação inconstitucional, instrumentaliza, doutrina e sexualiza as crianças constituindo, abuso infantil.

16- Terminamos com um apelo a todos para que acordem, pelos vossos filhos, afirmem o vosso direito supremo que como pais têm de educar, exigindo às escolas que assumam o seu lugar de cooperação na formação dos adultos de amanhã.

Disse que estavam totalmente ao dispor para qualquer esclarecimento que achassem pertinente na defesa de todas as crianças e jovens.

Sr. Zuinder – Disse que a sua cara já não era estranha, e ia ali mostrar o seu outro lado, para além dos idiomas que falava e da sua formação académica.

Desde o último encontro, no dia 8 de novembro, fez uma análise *swot*, dos pontos fortes e fracos da Câmara e teve a ideia de criar um *software*, a que chamou Setúbal 360.º. Baseou-se no que analisou e tinha uma participação da ciência cidadã. Através do aplicativo as pessoas podiam dar sugestões, opiniões ou fazer reclamações. Durante a sua pesquisa teve o cuidado de ver que já tinham aquilo no *site*, mas tinham de considerar que atualmente os aplicativos eram mais dinâmicos, e a sua utilização era mais fácil.

Em Setúbal tinham vários serviços, como relojoarias, alfaiatarias, e outros, que infelizmente não estavam disponíveis na internet, no *Google*. Através do Setúbal 360.º, era possível cadastrar todos os negócios, a intenção era criar uma base integrada de informação. O senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente e os senhores vereadores também poderiam comunicar de forma mais interativa com os munícipes, por exemplo, naquela reunião da Câmara, todas as pessoas que estivessem a utilizar aquele aplicativo poderiam receber uma mensagem com o *link online*. Também tinha um sistema *QR Code*, que poderia ser colocado em todos os locais, por exemplo, nos comerciantes, quando as pessoas quisessem uma determinada informação bastaria fazer um *scanner*. Os turistas que visitavam a nossa cidade poderiam fazer fotos através do aplicativo e enviar, iria tornar uma galeria mais interessante. E outros sistemas que poderiam evoluir conforme as necessidades.

Fora as questões de língua, académicas e outras questões que levantou à priori, conseguia apoiar a Câmara nos seus maiores desafios tecnológicos, e sabiam que havia muito trabalho ali, o senhor Vereador tinha mencionado que o senhor Presidente e a senhora Vice-Presidente tinham muitas atividades, mas acreditava que esse trabalho deveria ser bem acompanhado com o desenvolvimento tecnológico para que também as pessoas, sobretudo os jovens, se envolvessem mais com a Câmara, havia muitas pessoas jovens que não conheciam o Presidente, não conheciam a Vice-Presidente e acreditava que um aplicativo iria ajudar bastante.

Sr. Luis Simões – Disse que o seu nome era Luís Simões, era dirigente sindical do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores e representava ali os Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Aquele sindicato reuniu pela primeira vez com o executivo em funções, em novembro de 2021. Nos primeiros meses do ano 2022 iniciaram reuniões com o executivo no sentido de elaborar um acordo coletivo de trabalho, no qual os trabalhadores bombeiros pudessem ser salvaguardados dos seus direitos, daqueles que, por acaso, estavam privados. Essas reuniões tinham-se mostrado ineficazes por falta de vontade do executivo e então foram, por diversas vezes, àquela sala apelar ao diálogo sério e no sentido de resolver problemas.

Em 16 de novembro de 2022 iniciaram uma greve por falta de cedência do executivo, mesmo com os bombeiros a serem lesados pelas suas determinações e convicções de melhor servir a população, que jurou servir, que durou, precisamente, um ano.

Referiu *“dudou”*, porque a mesma foi levantada ao fim de um ano. Um ano duro, de luta, daqueles dignos Bombeiros Sapadores que muito os orgulhava representar. Naquele dia o propósito não era ir ali apontar o dedo ou fazer acusações, foram ali felicitar o executivo pela mudança de postura nas últimas reuniões que realizaram. Reuniões essas que levaram à elaboração de um despacho que ia ao encontro de algumas das reivindicações dos bombeiros. Foram acautelados os seus direitos e garantido o efetivo mínimo diário de 20 bombeiros.

Relativamente àquele efetivo, aquele sindicato continuava em discórdia, continuava a defender um efetivo mínimo de 27 elementos que, apesar de acharem ainda assim insuficiente, era o que referia o regulamento interno, no entanto, entre ter um efetivo de 20 elementos e ter um efetivo de 11, 12 que era habitual nos últimos tempos, sem dúvida que acabaram por aceitar, e por ser realmente um efetivo mais eficaz. O executivo em reunião não fechou a porta à possibilidade de com o recrutamento previsto de novos elementos de num futuro próximo rever esse número. O que para eles os deixava, realmente, com esperanças naquele futuro próximo.

Relembrou que o facto de ter sido levantada a greve não era sinonimo de que tudo estava resolvido. Dirigiu-se à senhora Vice-Presidente e disse ser urgente encontrar soluções de acordo, conforme tinha sido sugerido pelo executivo, relativamente aos elementos lesados pelo processo ilegal de nomeações ocorrido em 2017. Esse tema era prioritário para o bem-estar da estabilidade moral, psicológica e emocional dos operacionais, bem como era fundamental para garantir a orgânica hierárquica da CBSS.

Aguardavam também que fosse efetivada, aliás, já tinha sido feito o compromisso, da anulação do recurso da decisão do Tribunal Arbitral que levava à colocação correta no índice salarial de inúmeros bombeiros.

Continuavam sem realizar um acordo coletivo de trabalho, contudo, acreditavam que agora estavam criadas condições, para no início do próximo ano, de uma forma sensata, retomarem esse procedimento.

Alertavam que tinha que ser feito, também, um levantamento de necessidades para melhoramento e aquisição, quer de instalações, viaturas e equipamentos de proteção individual. Estavam naquele momento a usar para primeira intervenção uma viatura de 1988.

Aquele sindicato, apesar de não ter nenhuma dúvida, para esclarecer os poucos municípios que tinham essas dúvidas relativamente ao pagamento de trabalho extraordinários, ou subsídio de turno, solicitou um parecer a um constitucionalista e fez chegar, quer àqueles municípios, quer a própria Ministra da Tutela, esse parecer a fim de que fosse, e tinham felizmente ficado satisfeitos com recentemente a saída de uma lei que vinha esclarecer, e isso era irónico, uma lei de 2002, mas ia precisamente ao encontro daquilo que os bombeiros acreditavam e ao falar nesse parecer, queriam voltar levantar o desafio, que já tinha sido ali várias vezes levantado, porque esse ponto do efetivo mínimo que tinham em discórdia, lançavam novamente esse desafio ao executivo de solicitar a uma Universidade Independente para chegarem a um entendimento com base na população de Setúbal e Azeitão, no Parque Natural da Arrábida e dos perigos inerentes ao Parque Industrial que era ímpar em Portugal.

Deixou, também, uma palavra de felicitação porque durante aquela longa e dura caminhada que fizeram para ali chegar, queriam também agradecer aos partidos da oposição ali presentes que também tinham incitando ao diálogo e que realmente ele acabou por se efetivar e tinham “*chegado*” até ali a um final feliz.

Sra. Vice-Presidente – Agradeceu a todos os que tinham ido ali àquela Reunião da Câmara, e deu algumas respostas relativamente às questões que tinham sido colocadas.

Relativamente à primeira intervenção o Vereador Pedro Pina, tinha a responsabilidade da área social, pediu para conversarem um pouco, quando a reunião terminasse, para que pudessem trocar contactos e ver de que forma a Câmara Municipal poderia apoiar, em algumas das questões que tinha colocado, e para ficar a conhecer melhor o projeto e ficarem a conhecer melhor o trabalho que a Câmara fazia em algumas áreas, no sentido de se puderem incluir naquilo que era o trabalho do município, porque o município não trabalhava sozinho, trabalhava com as associações, trabalhava com as coletividades, trabalhava com todos, que faziam parte, no fundo, daquele “*puzzle*”.

Pediu para no fim falar com o senhor Vereador e trocar contactos para depois agendarem uma reunião.

Respondeu ao senhor Ezequiel e disse que reuniram no dia 17 de novembro, e efetivamente aquilo que o senhor Ezequiel fez ali foi um resumo da reunião que tiveram, os compromissos que existiam eram para manter. Relativamente ao documento ia fazer chegar o documento até ao final do mês de dezembro, ia-lhes enviar esse documento para poderem dar os vossos pareceres. Mediante aquilo que lhes enviaram, os próprios serviços já quiseram fazer algumas alterações ao documento que tinham inicialmente, por isso é que ele ainda não seguiu, mas até ao final do ano iria remeter-lhes aquela que era a proposta deles, sem prejuízo de outros contributos que pudessem também dar. Aquilo que se propunham era fazer

a revisão do regulamento, bem como a tomada de outras medidas. Também já tinham feito uma reunião com alguns responsáveis de estabelecimentos na zona ribeirinha, queriam reatar também esse grupo de trabalho, no fundo, para sensibilizar relativamente à questão do ruído, mas também a outras questões colocadas por vocês e colocadas agora também por eles. Brevemente também iam fazer a reunião com a PSP, conforme falaram. Pensava que após enviarem o documento, talvez na segunda semana de janeiro, estivessem em condições de voltarem a reunir.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o que tinham combinado tinha sido o envio do regulamento nos primeiros dias de janeiro e, portanto, daí a razão de não ter sido ainda enviado.

As ações de fiscalização tinham acontecido no fim de semana anterior, aliás, na altura, tinha informado que estavam previstas ações de fiscalização a breve prazo, não podendo informar qual era o dia, e a reunião, de facto, com as atividades económicas também tinha ocorrido, portanto, havia um caminho e um sentido para um fim que consensualizasse todos os interesses.

Sra. Vice-Presidente – Disse querer valorizar o vosso envolvimento naquele processo, achava que seria muito útil, iam tentar dar seguimento àquele caminho que tinham iniciado e sendo certo que não iriam estar sempre todos de acordo com tudo, mas chegariam, com certeza, a um consenso relativamente àquilo, em primeiro lugar, que era o cumprimento da lei, conforme já tinham falado e, em segundo lugar, que era a necessidade de terem uma forte atividade económica no nosso concelho, portanto, estavam certos que iam conseguir chegar a esse equilíbrio.

Relativamente às questões colocadas pela senhora Doenja, eram considerações que decidi fazer naquela reunião da Câmara, pensava que todos os senhores vereadores tinham ouvido muito atentamente. Em Portugal, a nossa responsabilidade curricular era muito limitada, relativamente limitada relativamente àquilo que eram os municípios. Tinham uma responsabilidade mais ao nível do funcionamento das próprias escolas, não tendo essa responsabilidade relativamente aos currículos. Contudo, existiam matérias e perfis que se esperava que os alunos conseguissem obter no início de cada ciclo escolar, portanto, era isso que o nosso sistema educativo, naquele momento, preconizava. Havia várias sensibilidades que colocou, e pensava ser de todo o direito dos pais também colocar essas questões, quer ali no município, quer junto da direção das escolas, dos diretores de turma, para fazer esse acompanhamento, achava que era de todo legítimo. Depois existia uma série de considerandos que não se iria pronunciar porque achava serem do foro de cada um. De qualquer maneira, Setúbal era cidade educadora, faz um longo caminho para incluir todos naquele processo daquilo que era a educação e formação, não só das nossas crianças, mas também numa vertente de aprendizagem ao longo da vida, porque, no fundo, estavam sempre em processo de aprendizagem, e esse processo de ouvirem todos e tentarem-se congregarem naquilo que era a sensibilidade para várias matérias, tem sido feito um esforço nesse sentido da participação de todos. Portanto, aquilo gostavam era que todos tivessem lugar naquela cidade educadora.

Contudo, percebiam haver temas que eram controversos, não se escondiam deles, e que havia efetivamente modelos políticos que existiam no nosso país, e que, no fundo, eram preconizados pelas forças políticas que os tinham nos seus programas eleitorais, era, mesmo assim, que funcionava, e naquele caso, pensava que, o nosso sistema de bases educativo era um sistema que tentava ser plural, portanto, nesse aspeto achava que não existia uma questão de imposição, mas existia sim uma questão de respeito. De qualquer maneira, ficavam ali aqueles contributos, pensava que todos os vereadores tinham tomado em boa nota e poderiam também tirar as suas ilações relativamente àquilo que lhes tinha vindo ali colocar.

Havia questões que efetivamente, atualmente, até estavam preconizadas na lei, e que tinham que ser implementadas, portanto, isso eram caminhos que a eles cabia-lhes cumprir essas

determinações, outras apareciam na base do diálogo, e na base daquilo que eram entendimentos, mas sempre de acordo com aquilo que eram os documentos orientadores, naquele caso, do nosso sistema educativo, e no caso da disciplina de cidadania, eles estavam preconizados relativamente à periodicidade que tinham que ter, no ciclo em que eram tratados, portanto, eles existiam todos naquele documento orientador, e a escola também tinha a obrigação de informar os pais relativamente às atividades que iam ser programadas em cada uma das áreas.

Relativamente ao senhor Zuinder, disse que aquelas propostas que lhes trouxe eram propostas interessantes, muitas delas efetivamente tinham em marcha, pensava que, através da candidatura aos Bairros Digitais, relativamente às questões do comércio e às aplicações interativas, de qualquer maneira pensava existirem duas questões, existia a parte que tinha falado relativamente àquilo que era o comércio, e a dinamização da Baixa, que pensava que essa parte estava mais orientada relativamente às candidaturas que já tinham sido aprovadas, e existia também a parte que tinha falado em termos mais internos da Câmara Municipal se relacionar com os seus municípios.

Pedi ao senhor Zuinder que deixasse o projeto depois, oportunamente, iria ver a nível do serviço da Câmara que tratava desse assunto quem seria a pessoa mais adequada para poder conversar com o senhor e tentar perceber se alguma daquelas propostas, efetivamente teria ou não, teria caminho para andar. Era apenas uma indicação que iriam analisar.

Disse para o senhor Zuinder deixar o documento e fariam chegar a um serviço que poderia avaliar, e depois conversar com o senhor, relativamente àquilo que propunha.

Relativamente à intervenção do Luis Simões em representação do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores, disse querer dar duas ou três notas relativamente às considerações que o Luís fez.

Naquele momento, poderiam dizer terem uma relação mais profícua com o sindicato de Bombeiros Sapadores, e pensava que os Bombeiros Sapadores tinham vindo dizer isso, exatamente ali, à Câmara, valorizar esse caminho que tinha sido feito relativamente a algumas das medidas que puderam tomar e que levaram com que a greve fosse levantada.

Da sua parte ficava satisfeita por fazerem o caminho que lhes permitiu chegar aí, se calhar o caminho foi um pouco tortuoso relativamente às questões que foram assistindo ali naquela Câmara Municipal, mas de qualquer maneira, havia sempre que valorizar e, naquele momento, valorizavam muito o facto de terem chegado a um acordo em algumas matérias. Sabiam que havia várias questões ainda por tratar.

Relativamente aos ACEP, estavam num momento - e não tinha só a ver com o Sindicato de Bombeiros Sapadores, mas tinha a ver com todos os sindicatos -, de iniciar negociações, porque tinham ACEP assinados com 4 estruturas sindicais, uma delas em conjunto, portanto, um dos ACEP era com duas entidades em simultâneo, que já datavam de 2015, portanto, já tinha havido várias alterações relativamente a várias matérias, a nossa sociedade também mudou e era preciso tratarem e negociarem novamente os ACEP e era nesse sentido que iriam iniciara partir de janeiro negociações com todos os sindicatos. Até porque no caso do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores tinham uma proposta, iniciaram negociações e depois, por vossa vontade, interromperam as negociações, agora existindo aquela nova vontade de retomar as negociações iriam fazê-lo, e iam aproveitar para fazer também o processo de revisão, ou até de novos ACEP com as outras estruturas sindicais.

Relativamente à recruta, pensava que o aviso deveria estar mesmo para sair, se é que já não tinha saído, portanto, já tinha sido enviado para publicação, conforme tinham comprometido, e relativamente ao despacho, como sabiam, tentaram ver não uma solução política, mas primeiro uma solução jurídica que pudesse responder àquelas questões do despacho, portanto, eram tudo matérias do vosso conhecimento, mas uma vez que trouxera ali também

se sentia na obrigação de explicar às pessoas que os viam, qual era o caminho que têm sido feito.

Efetivamente, por um grande empenho do nosso Presidente de Câmara, finalmente viram nascer uma legislação que esclarecia aquilo que eram as questões levantadas, quer pela CCDR, quer pelo tribunal relativamente ao pagamento de suplementos. Agradeceu também o empenho da senhora Ministra da Coesão que efetivamente desde a primeira hora, quando tomou conhecimento do nosso real problema, disponibilizou-se para fazer a alteração à legislação, ela aí estava, e com base nisso a Câmara Municipal...

(vozes de fundo)

Sra. Vice-Presidente – *“um esclarecimento, tem toda a razão, foi um esclarecimento”*, com base nisso a Câmara Municipal, e já tinha autorizado naquele dia o pagamento de trabalho suplementar da 36.^a hora que tinha sido realizada desde abril até à presente data a todos os Bombeiros Sapadores que tinham feito esse trabalho extraordinário, portanto, era um conforto completamente diferente, aquele esclarecimento que tinha sido aprovado e pensava que havia um problema: *“foi como a avestruz durante muitos anos, pôs a cabeça debaixo da terra, uns foram fazendo o melhor que sabiam e que podiam, outros foram tendo impedimentos legais, quer por via dos tribunais quer por outras vias, mas finalmente foi possível resolver esta situação, contudo, deixem-me dizer que este esclarecimento ajudou nesta questão, mas é preciso irmos muito mais longe e as promessas que existem relativamente à alteração do estatuto dos bombeiros deviam ser cumpridas”*.

Existiam promessas de vários membros do Governo de que o estatuto dos bombeiros ia ser resolvido e até à presente data isso ainda não tinha acontecido. Aquela legislação de 2002, para além dessas questões dos suplementos, que era o subsídio de turno e as horas extraordinárias, necessitava também de ser melhorada em muitas outras matérias, restava, por exemplo, dizer que os bombeiros não tinham uma carreira de técnico superior, dentro daquilo que era atualmente a sua organização, e já tinham muitos bombeiros capacitados com formação superior, que depois não tinham capacidade para seguir na sua carreira nesses termos.

Existiam propostas dos sindicatos, da Associação Nacional de Municípios, esperava sinceramente que o próximo Governo pudesse olhar para aquela matéria com outra visão, e que pudesse efetivamente ser resolvido esse problema do estatuto, que era um problema que, embora não tivessem falado ali, sabia que estava nas suas preocupações também, e sabia que iriam, com certeza, lutar também por terem um estatuto digno daquilo que era a sua carreira.

Quanto às outras questões, tinham uma reunião pedida, só estava a fazer um compasso de espera, porque tinha pedido um parecer ao advogado, e assim que tiver isso iria reunir com eles, como tinha feito ao longo daquele ano e meio por diversas vezes, e iriam continuar esse trabalho.

Pensava que os esclarecimentos estavam dados, restava agradecer a participação, às vezes uma participação um pouco animada de mais, mas tinha a ver também com as nossas convicções, contudo, às vezes as pessoas que estavam a assistir poderiam ficar com uma imagem errada, e achava que não deveriam passar essa imagem e deveriam ter mais tranquilidade nas intervenções.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 19 horas e 53 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Vice-Presidente da Câmara,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 21 de fevereiro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 46 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio